Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Domingo, 8 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.547 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,90€**



Fernando Alexandre “Educação: a grande esperança das famílias e do país”

Espaço Público, 7

Ano novo, escola nova? É tempo de os pais estudarem a lição

Sociedade, 16/17



PAULO PIMENTA

Público

Diana Ríos Rengifo
A luta interrompida de uma defensora da Amazónia peruana

P2

Desde 2009, fugiram 160 presos e caiu número de guardas prisionais

Cinco reclusos evadiram-se ontem da prisão de alta segurança de Vale de Judeus Sociedade, 12/13

Habitação

Lisboa é das capitais mais rentáveis para arrendar

Destaque, 2/3

Gustavo Tato Borges

“Vacinação deve ser ao longo de toda a vida e não só para crianças”

Sociedade, 14/15

Abusos sexuais

Gisèle quer alertar o mundo depois de crime hediondo

Mundo, 18/19

Cinema

Almodóvar distinguido com o Leão de Ouro em Veneza

Cultura, 26/27

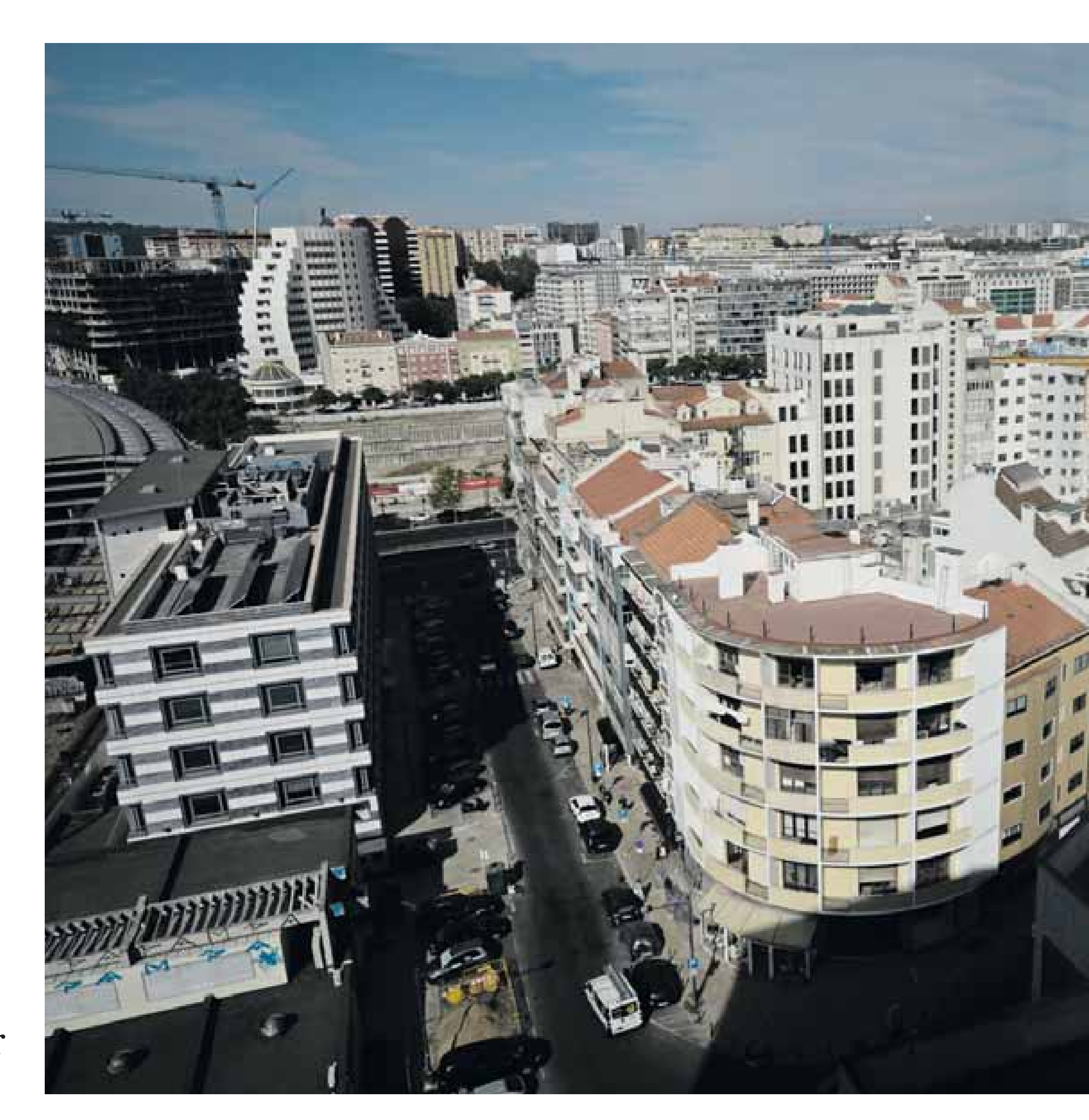
Paralímpicos

Portugal soma sete medalhas e já igualou Pequim

Desporto, 30

ISNN-0872-1556

Lisboa entre as capitais europeias onde é mais rentável arrendar



Capital portuguesa está entre as mais rentáveis da Europa para arrendar uma casa. Rendas nacionais continuam a subir a um ritmo superior ao dos outros países



Rafaela Burd Relvas

A carga fiscal e a incerteza legislativa têm sido apontadas pelos representantes de proprietários e investidores do mercado imobiliário como as principais causas para a falta de oferta no arrendamento residencial, que contribui para a crise habitacional hoje vivida em Portugal. Mas a realidade mostra um cenário favorável ao investimento. Hoje, não só Lisboa está entre as capitais europeias onde arrendar uma casa é mais rentável – só ultrapassada por cinco cidades –, como Portugal fica a meio da tabela no que diz respeito à carga fiscal sobre os rendimentos prediais.

A conclusão é da Global Property Guide, consultora imobiliária que agrega dados relativos ao mercado habitacional de países por todo o mundo, com base nas estatísticas disponibilizadas pelas instituições oficiais. Entre outros indicadores, esta empresa avalia a rentabilidade do mercado de arrendamento em 32 países europeus (incluindo todos os que pertencem à União Europeia, mais o Reino Unido, Suíça, Montenegro, Macedónia e Noruega), recorrendo aos dados relativos aos preços de venda das casas e às rendas praticadas em cada mercado e considerando, maioritariamente, apartamentos (à excepção dos mercados onde o tipo de habitação mais comum sejam as moradias).

De acordo com os dados mais recentes reunidos por esta empresa, relativos a Setembro deste ano, Portugal compara-se ligeiramente melhor do que os restantes países europeus no que diz respeito à rentabilidade do arrendamento habitacional, com uma taxa de 5,47%, pouco acima da média europeia de 5,14%. O cálculo é feito com base nos valores médios de venda e de rendas das casas, recolhidos junto do Banco Central Europeu (BCE) e de portais imobiliários. Assim, e a título de exemplo, para uma casa que custe 500 mil euros e em que seja cobrada uma renda de 1500 euros por mês (ou 18 mil euros no conjunto de um ano), é calculada uma rentabilidade anual de 3,6%.

O valor estimado para Portugal fica muito abaixo daqueles que apresentam as maiores rentabilidades, como Irlanda e Letónia, onde este indicador supera os 8%; Itália e Reino Unido, onde a taxa fica acima de 7%; ou Roménia e Lituânia, onde ronda os 6%. Mas fica, também, acima de países como França, Bélgica ou Noruega, onde a rentabilidade média fica na casa dos 4%.

Mas, quando a análise é feita por capitais, Portugal entra na lista dos mercados mais rentáveis. Ainda de acordo com os dados mais recentes recolhidos pela Global Property Guide, relativos a Junho deste ano, a rentabilidade média do arrendamento habitacional em Lisboa era, nesta altura, de 5,65%, quando o valor médio para o conjunto das capitais dos mesmos 32 países é de 4,81%. Acima de Lisboa, estão apenas Dublin (com uma rentabilidade média de 7,33%), Roma (6,82%), Riga (6,46%), Bucareste (6,36%) e Podgorica (5,70%). A capital portuguesa apresenta-se, assim, como mais rentável do que algumas das principais cidades europeias, como Londres (onde a rentabilidade média é de 5,59%), Bruxelas (5,54%) ou Madrid (5,30%).

Mas Lisboa não é a cidade portuguesa onde comprar casa para arrendar mais compensa. Esse título cabe

Quando a análise é feita por capitais, Portugal entra na lista dos mercados mais rentáveis

5,6%

Arrendar uma casa em Lisboa tem uma rentabilidade média de 5,65%. Em Setúbal, a taxa sobe para 6,51%

a Setúbal, onde, de acordo com os cálculos da consultora, a rentabilidade média era de 6,51% para o período analisado, chegando aos 7,26% se se considerarem apenas os apartamentos com dois quartos. Já o Porto, Faro, Aveiro e Braga, as outras cidades portuguesas que são analisadas pela Global Property Guide, também apresentam todas rentabilidades médias acima dos 5%.

Estes valores são registados numa altura em que, apesar das várias medidas lançadas pelos últimos governos de António Costa e, mais recentemente, pelo executivo de Luís Montenegro, as rendas habitacionais em Portugal continuam a aumentar a ritmo acelerado, ultrapassando largamente a tendência verificada no resto da Europa. Os dados mais recentes da inflação disponibilizados pelo Eurostat, relativos a Julho, mostram que as rendas de habitação (considerando todos os contratos em vigor) aumentaram cerca de 3% no conjunto da União Europeia, em relação a igual período do ano passado; em Portugal, o aumento foi de 7%. Isto, depois de anos consecutivos de subidas acima da média europeia. Em 2023, quan-

RUI GAUDÊNCIO



Rentabilidade do arrendamento habitacional nas capitais europeias
Em %

Dublin	IRLANDA	7,33
Roma	ITÁLIA	6,82
Riga	LETÓNIA	6,46
Bucareste	ROMÉNIA	6,36
Podgorica	MONTENEGRO	5,70
Lisboa	**PORTUGAL**	5,65
Londres	REINO UNIDO	5,59
Bruxelas	BÉLGICA	5,54
Varsóvia	POLÓNIA	5,51
Vilnius	LITUÂNIA	5,47
Escópia	MACEDÓNIA	5,37
Madrid	ESPANHA	5,30
Atenas	GRÉCIA	5,25
Budapeste	HUNGRIA	5,12
Nicósia	CHIPRE	5,03
Zagreb	CROÁCIA	4,89
Amesterdão	PAÍSES BAIXOS	4,80
Paris	FRANÇA	4,72
Talin	ESTÓNIA	4,67
Estocolmo	SUÉCIA	4,53
Liubliana	ESLOVÉNIA	4,45
Copenhaga	DINAMARCA	4,19
Bratislava	ESLOVÁQUIA	4,11
Praga	REP. CHECA	4,05
Sófia	BULGÁRIA	4,04
Berlim	ALEMANHA	3,83
Helsínquia	FINLÂNDIA	3,80
Valeta	MALTA	3,67
Viena	ÁUSTRIA	3,64
Berna	SUÍÇA	2,87
Luxemburgo	LUXEMBURGO	2,58
Oslo	NORUEGA	2,46

Fonte: Global Property Guide PÚBLICO

do este indicador aumentou 3% na União Europeia, Portugal registou um crescimento de 4,5%.

As subidas são ainda mais aceleradas quando se consideram apenas os novos contratos. No primeiro trimestre, último período para o qual o Instituto Nacional de Estatística (INE) já disponibilizou estes dados, o valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento em Portugal já era de 7,46 euros por metro quadrado, um aumento de 10,5% em relação a igual período do ano passado.

Carga fiscal

Este nível de rentabilidade é apurado, aliás, tendo em conta uma fiscalidade relativamente pesada quando comparada com outros mercados europeus, ilustrando como os valores das rendas praticadas em Portugal permitem compensar a carga fiscal.

A comparação entre países é menos linear do que aquela que pode ser feita na rentabilidade, uma vez que Portugal aplica uma taxa autónoma única sobre a generalidade dos rendimentos prediais, à semelhança de alguns mercados, enquanto outros países aplicam uma fiscalidade progressiva, isto é, a taxa aplicada é tanto maior quanto maior for a matéria colectável. Ainda assim, é possível perceber que os impostos aplicados sobre o arrendamento em Portugal estão em linha com os que se encontram em vários mercados.

Desde que o programa Mais Habitação entrou em vigor, em Outubro do ano passado, que os rendimentos prediais decorrentes do arrendamento habitacional são tributados à taxa autónoma de 25%. Mas é possível pagar menos, consoante a duração dos contratos e desde que as rendas não excedam em 50% ou mais os limites que estão previstos no Programa de Apoio ao Arrendamento: também no âmbito do pacote legislativo aprovado pelo último Governo, passou a ser aplicada uma taxa autónoma de 15% sobre os rendimentos prediais nos casos em que os contratos tenham entre cinco e dez anos; de 10% para contratos com duração entre dez e 20 anos; e de 5% para contratos com mais de 20 anos.

É possível ir ainda mais abaixo desses valores se, num novo contrato de arrendamento relativo a uma casa já anteriormente arrendada, o senhorio decidir baixar a renda em pelo menos 5%, caso em que a taxa autónoma sobre os rendimentos prediais será reduzida em cinco pontos percentuais adicionais.

Considerando apenas a taxa para a generalidade dos contratos (de 25%), este é um valor que fica abaixo daquele que é praticado, por exemplo, nos Países Baixos (onde também é praticada uma taxa autónoma única, mas de 36%) ou na Suécia (30%) e em linha com a Eslovénia (25%), de acordo com a informação recolhida pela Global Property Guide.

Noutros mercados, em que a fiscalidade é progressiva, os rendimentos prediais chegam a estar isentos de tributação, quando os valores cobrados são mais baixos, mas também vêem as taxas a ultrapassar os 50%. É esse o caso da Áustria, onde as taxas sobre os rendimentos prediais vão dos 0% aos 55%, ou de França, onde o intervalo é dos 0% aos 45%. Noutros casos, como a Suíça ou a Bélgica, a tributação começa com uma taxa de 25% para os rendimentos mais baixos (igual à aplicada em Portugal para a generalidade dos contratos de arrendamento) e vai até aos 50%.

Europa

Portugal é o país onde os preços mais aumentaram na última década

Rafaela Burd Relvas

Os preços da habitação no mercado português mantêm uma trajectória de subidas ininterruptas há dez anos anos e o ritmo de crescimento tem sido significativamente mais acelerado do que aquele que se verifica no resto da Europa. A diferença é tal, aliás, que Portugal já é o país europeu onde estes preços mais aumentaram ao longo da última década, com o valor das casas a mais do que duplicar durante este período.

A comparação é feita pela Global Property Guide, consultora que agrega dados relativos ao mercado habitacional de países por todo o mundo. No que diz respeito aos preços de venda, a empresa analisa a evolução ao longo dos últimos anos em 31 países europeus (incluindo todos os que pertencem à União Europeia, mais o Reino Unido, Suíça, Montenegro e Noruega). De acordo com os dados mais recentes da consultora, relativos a Junho deste ano, a taxa de variação dos preços de venda das casas em Portugal era de 119,85% para um período de dez anos, ajustada à inflação e com base nas estatísticas disponibilizadas pelo Banco Central Europeu (BCE).

Portugal supera, assim, todos os restantes mercados europeus incluídos nesta análise. E de longe: a Hungria apresenta o segundo maior aumento neste período, com um crescimento de cerca de 81%, seguindo-se a Irlanda, com uma subida de quase 80%, e Malta, onde o aumento é de perto de 62% nos últimos dez anos.

Em sentido contrário, só em três dos países analisados se verifica uma redução dos preços das casas: Letónia, com uma queda de 7%, Finlândia, onde há uma diminuição de quase 11%, e Itália, onde a quebra se aproxima dos 28%.

Considerando os 31 países analisados pela consultora, a variação média dos preços da habitação nos últimos dez anos é de cerca de 31,8% – o aumento registado em Portugal é quase quatro vezes superior a este.

Este movimento acontece numa altura em que, nos últimos dez anos, não houve uma única descida dos preços das casas em Portugal. De acordo com o índice de preços da habitação do Instituto Nacional de Estatística (INE), este indicador está a aumentar ininterruptamente desde 2013, ano em que tem início a recuperação do mercado imobiliário após as quedas de preços que haviam sido registadas nos três anos anteriores, durante a última crise financeira e em que Portugal esteve sob o programa de ajustamento.

E a tendência continua a ser de subidas aceleradas dos preços, apesar de o mercado já dar sinais claros de contracção.

No primeiro trimestre deste ano, ainda de acordo com o índice de preços da habitação do INE, os preços das casas registaram um aumento de 7% face a igual período do ano passado – uma subida que continua a ser acentuada, mas que já representa um abrandamento.

Isto, numa altura em que tanto o número de casas vendidas como o montante total transaccionado já estão a cair, todos os trimestres, desde o final de 2022.

Entre as razões para o aumento sustentado dos preços da habitação, a Global Property Guide aponta, no seu mais recente relatório trimestral, relativo aos primeiros três meses deste ano, para a "procura forte e escassez de oferta" – factores que, de resto, têm sido tidos como os principais responsáveis por este cenário pela maioria das instituições e especialistas que analisam este sector.

Numa análise publicada em Maio, feita em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), o INE dava conta de que seriam precisos 136.800 alojamentos para "suprir as carências habitacionais" identificadas no país. No mesmo relatório, o INE contabilizava mais de 154 mil alojamentos vagos "imediatamente disponíveis para utilização".



Preços da habitação sobem de forma consecutiva desde 2013

Espaço público

X razões para desconfiar de Musk





David Pontes



Banir o X no Brasil é um caso político, porque o X não é uma empresa qualquer, se o seu proprietário é Elon Musk

A jornalista chinesa Zhang Zhan esteve presa durante quatro anos por "provocar discussões e problemas" quando, em Fevereiro de 2020, documentou e publicou nas redes sociais o que se passava em Wuhan durante a covid-19. Em Maio desse ano, desapareceu, foi condenada num julgamento fictício, para só ser libertada em 13 de Maio deste ano. Neste momento, está novamente presa pelas autoridades chinesas no Centro de Detenção do Novo Distrito de Pudong, em Xangai, conforme alerta a Amnistia Internacional.

Quando lemos a história de Zhang Zhan, como de milhares de outros jornalistas e não-jornalistas, presos e perseguidos nos regimes em que a liberdade de expressão tende a ser reduzida ao silêncio, só podemos relativizar o que está a suceder no Brasil em relação à rede social X. Quando sabemos que é na mesma Xangai onde está presa Zhang Zhan que o dono do X, Elon Musk, tem a sua maior fábrica de produção do Tesla, na mesma China que baniu o Twitter desde 2009, sem que isso lhe suscite qualquer reacção, temos a obrigação de olhar para o que lhe sucedeu no Brasil num quadro mais alargado do que só um alegado ataque à liberdade de expressão.

Banir o X é uma limitação à expressão dos brasileiros, mas nada os impede de mudarem para outra rede. Banir toda uma rede pode parecer desproporcionado, mas há justificadas razões legais para castigar a empresa, como decidiu um juiz e confirmou por unanimidade a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal brasileiro.

E este é também um caso político porque o X não é uma empresa qualquer, se o seu proprietário é Elon Musk. Alguém que corteja Xi Jinping, que apoia Benjamin Netanyahu, Recep Tayyip Erdogan, Georgia Meloni e Donald Trump. Alguém que decidiu banir *links* para um documentário da BBC prejudicial para Narendra Modi, primeiro-ministro da Índia, um enorme mercado do X e para o Tesla. Ou alguém que é um fervoroso apoiante de Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, um país com ricas reservas de lítio necessárias para fabricar baterias eléctricas.

"Brasil contra o X" é um caso de liberdade de expressão, é uma tentativa de regulação das redes sociais, mas seríamos ingénuos se não víssemos neste episódio o desafio que representam os megaempresários como Musk, verdadeiros países na forma como interferem com países, na defesa dos seus interesses. Ver o quadro todo facilita a escolha de um lado.

CARTAS AO DIRECTOR

Macron troca Paris por Kiev

Já deu para entender que Macron perdeu, agora muito mais marcadamente do que nunca, qualquer controlo sobre o futuro da França, pelo que vai navegando à vista. E vai insistindo num terreno em que já se meteu, sem quaisquer resultados, como nas conversas com Putin para o retirar da Ucrânia, agora de forma oposta. Assim, vai colocando a hipótese muito perigosa e ainda menos pertinente de se imiscuir na guerra Rússia-Ucrânia, E se conseguir arrastar a UE, em que Borrell é da mesma opinião – este, por estar totalmente em fim de ciclo –, numa guerra com a Rússia, vai poder iniciar a III Guerra Mundial. Zelensky continuará omnipresente, todos os dias, a tentar influenciar todos e mais alguns, em manter a guerra e a usar armamento ocidental dentro da Rússia. A Europa pode estar certa de que vai ser quem mais vai perder. China, Índia, Irão, até o Brasil – não lhes interessa que a Federação Russa deixe de existir ou se torne uma Líbia asiático-europeia. Irão em seu auxílio. Mas parece estarmos definitivamente no tempo de maus políticos e de piores políticas. Quando tudo bater totalmente em baixo, um dia evidentemente subirá, mas não tão cedo. Para nós, velhos, não será a tempo de grande prejuízo. Os restantes estão feitos.

A. Küttner de Magalhães, Porto

O "pedagogo" partidário

Cavaco Silva volta sempre à tona. Mais uma vez, assim foi com o artigo *A restrição orçamental e a eliminação das portagens de auto-estradas*, aparecido no PÚBLICO de ontem. O título avisa-nos logo aonde quer chegar, mas, lendo-o por obrigação, até comecei por seguir o texto com facilidade, dada a simplicidade do que escrevia, numa linguagem que pretendia erudita, mas não passava duma aula de escola primária, de "dois mais dois ". De qualquer forma, grato. Só que depois… lá vem a "partidarite" grosseira que desdiz todo o empolamento "pedagógico" com que quis enfeitar a história dos "almoços grátis" (sic). O povo português pagará a eliminação de pagamento das portagens, Cavaco *dixit*. Até admito que assim poderá ser, só que essa é a parcela de uma das parcelas "ensinadas" pelo professor, já que o povo paga muitas outras coisas, as já concretizadas e outras que aí virão. Estou a lembrar-me do que se adivinha com o IRC e o IRS jovem…

Fernando Cardoso Rodrigues, Porto

"Lição" de Cavaco Silva

Cavaco Silva decidiu aparecer para dar uma lição (?) sobre o assunto aparentemente muito complexo que dá pelo nome de *Government Budget Restraint* (uau!), que afinal é uma coisa cristalina como a água e que é isto: se eu aumentar a despesa pública, tenho de aumentar na mesma medida os impostos ou a dívida pública (que é a mesma coisa, só que neste caso, impostos futuros). Apresenta ele isto, que não passa de uma verdade de La Palisse, como uma coisa fantástica, até com uma pequena fórmula matemática, mas que, no fundo, é a mesma coisa que escrever 2+2-1=3, que é uma coisa que qualquer miúdo(a) de sete anos, com rudimentos de álgebra, entende. Diz ele que isto é "uma identidade contabilística". Talvez memórias do curso de contabilista que ele tirou no velhinho Instituto Comercial de Lisboa em 1959 (antes de ir para a tropa e tirar o curso do ISCEF com as vantagens que então eram dadas aos militares). Depois no seu artigo do PÚBLICO aplica esta sofisticada teoria de Finanças Públicas (invoca até Richard Musgrave) ao desaparecimento de receitas com as portagens. E não fala de mais nada. Só fala das portagens. Não fala da menos receita do IRS Jovem, nem da descida do IRC, nem dos aumentos de gastos com professores, ou polícias, ou pensões e não sei mais o quê. Porquê só as portagens? Não se entende. Diz que é regressivo. Eu acho que é enviesado.

Fernando Vieira, Lisboa

O silêncio

As mulheres afegãs estão proibidas de falar em locais públicos em nova vaga de limitações do regime dos taliban. Convém recordar que os EUA armaram o grupo fundamentalista islâmico na guerra contra a União Soviética iniciada em 1979. Em 1985, com a chegada ao poder de Gorbatchov, os soviéticos saíram do Afeganistão. Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, os EUA invadem o país que viu nascer a escritora Nadia Ghulam, para, 20 anos depois e durante a Administração de Joe Biden, entregarem o poder ao grupo radical islâmico.

Ademar Costa, Póvoa de Varzim

O PÚBLICO ERROU

Na edição impressa publicada ontem, a chave do Euromilhões saiu errada, por lapso. A correcta é: 12, 14, 34, 41,47 + 3, 4.

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

ESCRITO NA PEDRA

As pessoas não gostam de pensar. Quando alguém pensa, chega a conclusões. E as conclusões nem sempre são agradáveis
Helen Keller

O NÚMERO

7.ª

medalha portuguesa no Jogos Paralímpicos foi ganha por Carolina Duarte, em 400m T13

Elogio dos pousadouros

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Há em nossa casa vários aquecedores a gás que nunca usamos, com medo de irmos todos pelos ares, tantas são as décadas desde que emitiram a última caloria de conforto. São os pousadouros.

Esta semana, por culpa de uma arrumação alheia à nossa vontade, um desses pousadouros foi ocupado por um caixote pesado com sabe-se-lá-o-quê lá dentro.

Nem queiram saber a disrupção que causou. De repente, o corredor onde está ficou intransitável: tinha desaparecido o lugar onde pousamos os tabuleiros e o garrafame, quando apetrechamos a sala de jantar.

As superfícies vazias são o segredo e a salvação do mundo do trabalho. Existem para serem ocupadas temporariamente: dez segundos já chegam para abrir uma porta.

Aos olhos do cidadão pouco informado e da besta, parecem superfícies desocupadas. E daí a ocupá-las com tralhas desirmanadas, vai um espirro. Mas é um crime impedir um pousadouro. Entrevá-lo com uma carga permanente é desrespeitar profundamente a vocação do pousadouro.

O pousadouro é uma pista de aterragem. É a melhor homenagem que se pode fazer aos aviões. Então os pousadouros com rodas, como aqueles aquecedores desactivados, são autênticos porta-aviões. Deles dependem os transportes de uma casa. São a pausa solidária onde encosta o cotovelo, a mesinha onde se puxa por um cigarrinho, o clamor metálico onde batem os *shots* da amizade.

Manter desimpedidos os pousadouros de uma casa é capaz de ser a mais difícil das tarefas domésticas. A tentação de ocupá-las, para mais porque estão sempre à altura das coxas, que é a mais convidativa para o ser humano e para o macaco, é praticamente irresistível. Só através de duros exercícios espirituais é que se consegue resistir. "Posso pôr isto aqui?" é a pergunta do demónio que nos visita.

Tal é o perigo de ocupação inimiga, que já pensámos em recorrer à bomba H dos pousadouros: o *naperon*. Há pouca coisa que não se resolva com um *naperon* e uma moldura com uma bisavó com bigode.

Veremos se funciona.

ZOOM ARGEL

RAMZI BOUDINA/REUTERS



Cabina de voto durante as eleições presidenciais na capital argelina. O chefe de Estado cessante, Abdelmadjid Tebboune, que concorre a um segundo mandato, tem Abdelaali Hassani e Youcef Aouchiche como adversários

P

publico.pt




Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

A falta de mulheres na política portuguesa: uma questão de oportunidades e exemplos



Marcos Melo Antunes

As eleições presidenciais em Portugal são um momento crucial de reflexão sobre o estado da nossa democracia e a representatividade que nela encontramos. Infelizmente, a ausência de candidatas femininas nas corridas presidenciais destaca uma realidade preocupante: a escassez de mulheres em cargos políticos de alto relevo. Este não é apenas um sintoma de falta de interesse, mas de oportunidades, exemplos e apoio que poderiam incentivar mais mulheres a se envolverem na política.

Desde o início da nossa democracia, Portugal teve apenas uma mulher como primeira-ministra: Maria de Lourdes Pintasilgo, que ocupou o cargo por um breve período entre 1979 e 1980. Embora sua passagem pelo governo tenha sido curta, o impacto foi profundo. Pintasilgo era uma líder visionária, com uma capacidade ímpar de abordar questões sociais e económicas com uma perspetiva progressista. A sua liderança provou que as mulheres podem não só participar da política, mas também transformar profundamente a sociedade.

Apesar desse exemplo inspirador, Portugal falhou em seguir o caminho aberto por Pintasilgo. A questão permanece: porque tão poucas mulheres conseguem ascender a posições de destaque na política portuguesa? A resposta reside em uma combinação de fatores, incluindo a falta de oportunidades e o domínio de uma cultura política tradicionalmente masculina.

Se olharmos para o cenário internacional, a diferença é evidente. Países como a Alemanha, sob a liderança de Angela Merkel, a Nova Zelândia com Jacinda Ardern, e a Finlândia com Sanna Marin, são exemplos de como a liderança feminina pode resultar em governos eficazes, justos e progressistas. Estas líderes não só gerem os seus países com competência, mas também oferecem às suas nações e ao mundo uma visão mais inclusiva e compassiva da governação.

Estudos mostram que países liderados por mulheres tendem a ter melhor desempenho em diversas áreas, incluindo educação, saúde e igualdade de género. A presença de mulheres no poder não é apenas uma questão de representatividade, mas também de eficácia governamental. Em muitas nações, as mulheres trouxeram novas abordagens para a resolução de problemas, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

Nas últimas eleições presidenciais, vimos a candidatura de Ana Gomes, uma mulher de força, independente, que se lançou na corrida para garantir que o segundo lugar não fosse tomado pela extrema-direita. Ana Gomes cumpriu essa missão com sucesso, mesmo sem o apoio do seu partido, provando mais uma vez que as mulheres podem ser líderes eficazes e comprometidas com o bem-estar do nosso país.

Mas a direita também tem a sua candidata: Leonor Beleza. Uma figura respeitada na política e na sociedade portuguesa, tem um currículo invejável que a torna uma potencial candidata à presidência de Portugal. Como ex-ministra da Saúde, cargo que ocupou de 1985 a 1990, Leonor Beleza foi pioneira em várias reformas importantes, incluindo a modernização do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Além disso, ela tem uma vasta experiência em cargos de gestão e administração, tendo presidido a Fundação Champalimaud, uma das mais prestigiadas instituições de pesquisa médica a nível mundial. O seu percurso é marcado por uma dedicação incansável à causa pública, à inovação e à saúde, áreas cruciais para o desenvolvimento de Portugal.

Leonor Beleza representa uma oportunidade única para Portugal romper com o ciclo de exclusão das mulheres nos mais altos cargos políticos. A sua vasta experiência, tanto no setor público quanto no privado, demonstra uma capacidade inquestionável para liderar o país. É uma mulher que compreende profundamente os desafios sociais e económicos que Portugal enfrenta e que tem a visão e o conhecimento necessários para enfrentar esses desafios com eficácia.



As nossas filhas precisam de se ver refletidas na figura cimeira do Estado português

Mas se não quiserem escolher uma candidatura de direita, também temos Catarina Martins ou Ana Gomes como alternativa. As nossas filhas precisam de se ver refletidas na figura cimeira do Estado português. Precisamos de líderes que não só compreendam os desafios que as mulheres enfrentam, mas que também possam servir de inspiração para a próxima geração. É crucial que a sociedade portuguesa e os partidos políticos reconheçam e apoiem o potencial das mulheres na política, garantindo que uma mulher possa finalmente ocupar a presidência do nosso país.

Este é um apelo para que todos nós, enquanto sociedade, façamos a nossa parte para criar um ambiente onde as mulheres possam florescer na política. Devemos garantir que, nas próximas eleições, o nome de uma mulher não seja apenas uma exceção, mas uma possibilidade real e apoiada. O futuro de Portugal depende da inclusão de todas as vozes e perspetivas, e é tempo de dar espaço para que as mulheres liderem.

Membro do Volt Portugal

A falsa equidade de um Estado que marginaliza o setor privado



Miguel Copetto

Costumamos pensar no Estado como uma entidade justa e imparcial, apenas orientada por princípios de justiça, igualdade e bem comum. No entanto, as decisões do Estado são tomadas por pessoas e essas decisões podem ser influenciadas por convicções pessoais que nem sempre garantem a imparcialidade esperada.

Um exemplo recente dessa falta de equidade é o Aviso Norte 2030-2024-37, publicado pelo Programa Regional do Norte. Destinado a apoiar infraestruturas e equipamentos para cursos técnicos superiores profissionais. Este aviso, financiado em 85% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), restringe o seu apoio apenas às instituições estatais, ignorando as do setor social, particular e cooperativo. O FEDER, que tem como objetivo promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas da União Europeia, é aqui instrumentalizado de uma forma que viola os elementares princípios de igualdade e justiça.

Esta exclusão afeta diretamente os estudantes que, no exercício da sua liberdade de escolha, optam por instituições particulares ou cooperativas. Penalizar cidadãos pelo exercício de uma liberdade fundamental é admitir que essa liberdade é ilusória.

Quando o Estado adota uma postura protecionista ou permite que certas ideologias sustentem a elaboração de políticas públicas, o resultado é uma legislação que, em vez de favorecer todos os cidadãos, os discrimina e exclui.

Permitir o acesso ao financiamento apenas às instituições públicas de ensino superior levanta sérias questões sobre a justiça na distribuição de recursos. Todas as instituições, públicas e privadas, desempenham um papel crucial no desenvolvimento académico e cultural do país.

O que torna esta situação ainda mais preocupante é a resposta do Ministério da Coesão, que justificou a exclusão com a escassez de recursos. Se os recursos são limitados, não seria mais justo alocá-los com base na qualidade e mérito dos projetos, sejam eles públicos ou privados? Isso garantiria que os melhores projetos – e, consequentemente, os estudantes e o país – fossem os verdadeiros beneficiários.

Infelizmente, este padrão não é novo. Em avisos anteriores, como o Norte 2030-2023-7, observou-se a mesma tendência de favorecer as instituições públicas. Esta prática reiterada compromete a igualdade de oportunidades e prejudica o desenvolvimento equilibrado do ensino superior em Portugal.

A discriminação refletida nestas decisões revela uma preocupante falta de sensibilidade para com a necessidade de critérios justos e imparciais. Não incluir, propositadamente, estudantes e instituições particulares e cooperativas enfraquece o nosso sistema educativo e contradiz os princípios fundamentais de um Estado de direito democrático. Alarmante, também, é a tentativa de legitimar esta prática com justificações baseadas na escassez de recursos, ignorando a necessidade de critérios equitativos e transparentes, essenciais para uma governação justa.

O que está em jogo não é apenas o acesso a fundos europeus; é a integridade de um sistema educativo que deveria ser inclusivo e justo. Precisamos de uma abordagem em que o mérito e a qualidade sejam os critérios principais e onde todos, sem exceção, tenham a oportunidade de participar no desenvolvimento do país.

Afinal, a exclusão nunca foi, e nunca será, sinónimo de progresso.

Director executivo da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado

Educação: a grande esperança das famílias e do país



Fernando Alexandre

A Educação é a grande esperança das famílias para que os seus filhos tenham um futuro melhor e é também a grande esperança para que Portugal consiga alcançar os níveis de bem-estar dos países mais desenvolvidos.

No ano em que se celebram os 50 anos do 25 de abril, devemos reconhecer os progressos alcançados na área da Educação. O acesso foi alargado de forma acelerada a todo o território nacional e os níveis de escolaridade da população portuguesa aumentaram continuamente. Hoje, a escolaridade das gerações mais jovens está já muito próxima da média da União Europeia (UE). Num contexto de acelerada mudança tecnológica, é essencial continuar a investir no acesso, na equidade e na qualidade em todos os níveis de escolaridade para construirmos uma sociedade coesa e uma economia competitiva.

No ano letivo de 2023/24, dezenas de milhares de alunos continuaram privados de aulas a pelo menos uma disciplina, durante períodos prolongados. Em setembro de 2023, 324.228 alunos não tiveram aulas a uma disciplina. No final do primeiro período, 20.887 alunos não tinham tido aulas a uma disciplina desde o início do ano letivo. O Governo fixou como objetivo reduzir este número em 90%.

É prioritária a erradicação deste flagelo, que põe em causa o percurso escolar dos estudantes e o investimento das famílias. Esta falha da escola pública mata a esperança dos que nascem e vivem em contextos socioeconómicos mais desfavorecidos. Sem erradicarmos esse flagelo, não conseguiremos quebrar o círculo vicioso da pobreza em que tantos portugueses continuam presos.

O acesso à Educação desde a primeira infância assume um papel indispensável na promoção da equidade. A Educação começa no primeiro dia de vida e prolonga-se ao longo de toda a vida ativa. O Governo pretende assim concretizar a universalização do acesso às creches e ao pré-escolar, alargando a rede pública e estabelecendo parcerias com o setor social e com o setor privado. A falta de planeamento dos últimos anos resultou num défice de milhares de vagas em creches e jardins de infância.

A igualdade de oportunidades passa também pela diversificação dos percursos escolares, onde o ensino profissional ocupa um lugar estratégico. A oferta do ensino profissional deve estar adequada às necessidades dos territórios e das empresas.

A garantia da igualdade de oportunidades requer também o acesso a uma Educação de qualidade em todo o território. Os resultados das avaliações internacionais mostram que nos últimos anos se registou uma queda nas aprendizagens, pondo em causa o potencial individual dos alunos e da sociedade como um todo. O Governo anunciará esta semana um conjunto de medidas para a melhoria das aprendizagens e já apresentou um novo modelo de avaliação externa que corrige falhas do modelo anterior, permitindo monitorizar a evolução das aprendizagens no final de cada ciclo e ao longo do percurso escolar dos alunos, bem como das escolas, ao longo do tempo. A disponibilização em tempo útil dos resultados dessa monitorização permitirá às escolas implementar atempadamente estratégias de apoio às aprendizagens dos seus alunos.

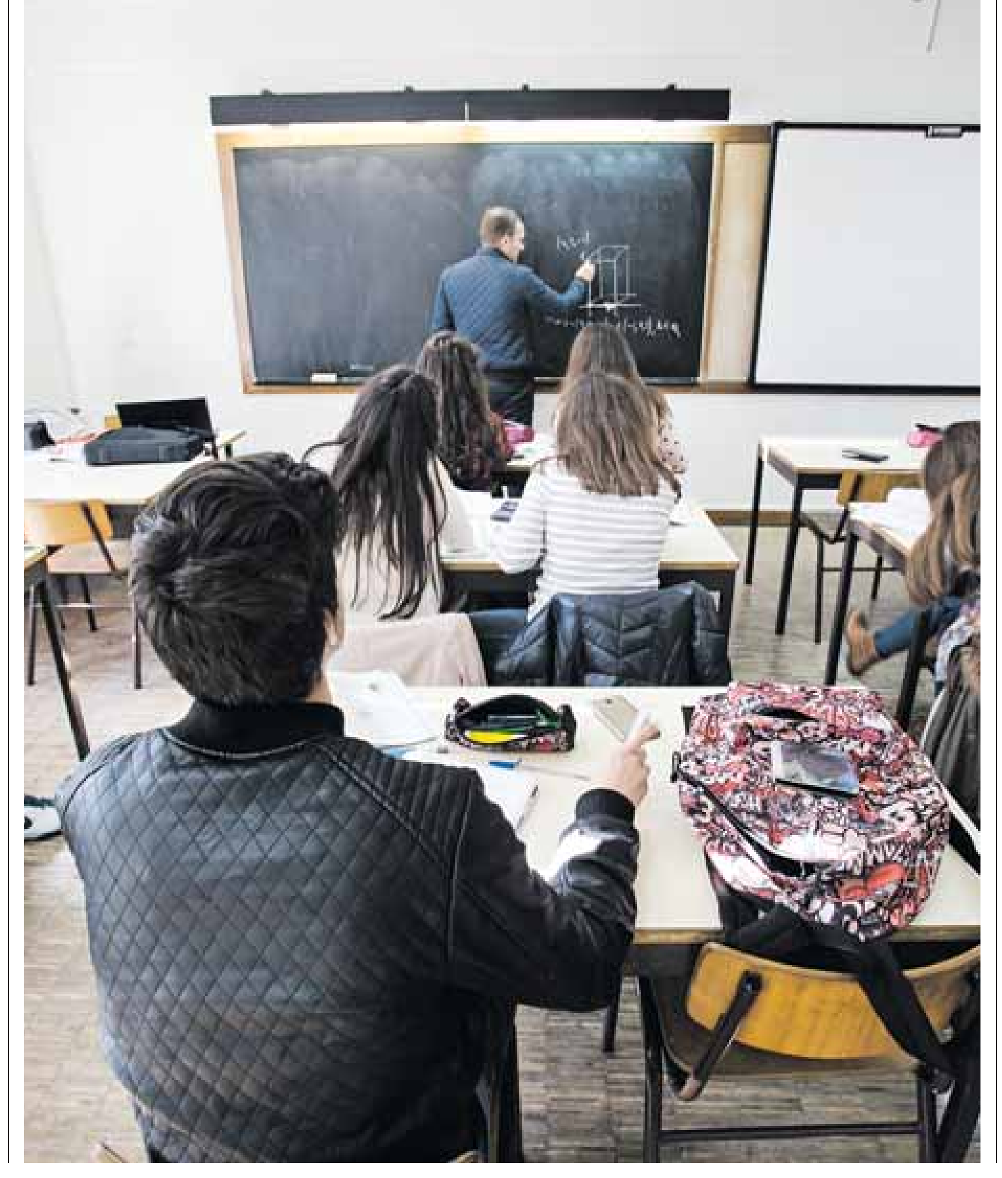
Na avaliação externa, como nas estratégias de ensino aprendizagem, a digitalização é uma prioridade deste Governo. Também nesta dimensão as falhas no nosso sistema educativo são graves, com um modelo de gestão dos equipamentos informáticos ineficiente e com uma infraestrutura que não garante níveis de conectividade aceitáveis à generalidade das escolas. Na gestão dos equipamentos, ou em dimensões como a segurança das escolas, o processo de descentralização continua por concretizar. Iniciámos já um diálogo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para uma avaliação do processo de descentralização e para a tomada de medidas que permitam uma clarificação das competências das autarquias e das escolas.

As autarquias assumiram a responsabilidade pelo pessoal não-docente, uma dimensão essencial para que o processo educativo alcance os seus objetivos. Numa área tão importante para o bom funcionamento das escolas, neste momento, o Governo não dispõe sequer da informação sobre o número de pessoal não docente ao serviço. Essas falhas serão corrigidas rapidamente e, em estreita articulação com a ANMP, dimensões como o enquadramento funcional ou a formação do pessoal não docente serão revistos, garantindo a estes colaboradores a dignidade que merecem.



No final do primeiro período, 20.887 alunos não tinham tido aulas a uma disciplina desde o início do ano letivo. O Governo fixou como objetivo reduzir este número em 90%

NELSON GARRIDO



O compromisso do Governo com a valorização da profissão de professor foi desde logo confirmado pelo acordo para a recuperação do tempo de serviço dos docentes, alcançado em menos de um mês de negociações. Foi possível graças à abertura e à atitude construtiva de sete sindicatos, que trabalham para efetivamente melhorar as condições de vida e de trabalho dos professores e das nossas escolas. Reafirmando este compromisso com a valorização da profissão, em outubro, o Governo dará início à revisão do Estatuto da Carreira Docente.

As instituições de ensino superior (IES) têm sido um dos grandes motores de desenvolvimento das regiões e do país. Apesar do aumento do número de alunos e de diplomados ao longo da última década, temos de estar muito atentos às dificuldades que muito alunos encontram no acesso e às condições para o seu sucesso no ensino superior. Nenhum aluno pode ficar excluído do acesso ao ensino superior por razões económicas. O atual sistema de Ação Social é uma manta de retalhos, sendo muito difícil descortinar os efeitos dos diversos instrumentos na equidade no acesso e sucesso dos alunos. Por essa razão, o Governo contratou já um estudo exaustivo ao sistema de Ação Social do Ensino Superior com vista à sua revisão, para ter efeitos no ano letivo de 2025/26.

A autonomia das IES encontra-se coartada por um modelo de gestão orçamental anacrónico e excesso de burocracia. O Orçamento do Estado para 2025 reforçará a autonomia das IES, protegendo-as da volatilidade de curto prazo decorrente de decisões governamentais, de modo a permitir que se concentrem em estratégias de médio e longo prazo. O Governo está a trabalhar para melhorar o enquadramento jurídico das IES e porá fim à suborçamentação recorrente nas áreas da Educação e da Ciência, que em 2024 somam um défice de mais 300 milhões de euros deixado pelo anterior Governo.

A Educação e a Ciência são as sementes da transformação da economia e da sociedade portuguesas. Portugueses mais qualificados e na fronteira do conhecimento permitirão a transformação da nossa economia numa economia cada vez mais baseada nas qualificações e na inovação, geradora de emprego com mais qualidade e com melhores salários. Estamos comprometidos em criar as condições para que o investimento em Educação e em Ciência possa cumprir a esperança que nele depositamos.

Ministro da Educação, Ciência e Inovação

Num dia marcado pela Palestina, as críticas aos EUA vieram de dentro

O secretário-geral do PCP acusou o Governo de não fazer mais sobre a guerra em Gaza "porque não quer" e de ser "cúmplice" do "genocídio" da Palestina



Reportagem

Ana Bacelar Begonha Texto
Catarina Póvoa Fotografia

É difícil encontrar um debate na Festa do *Avante!* em que não se critiquem os Estados Unidos da América (EUA). Numa conversa sobre o militarismo e a guerra, logo ontem pela manhã, não foi diferente. Mas com a particularidade de ser um norte-americano a tecer as críticas. No espaço internacional, com um friso de letras garrafais onde se lê "Todos pela paz" logo à entrada, os visitantes da *rentrée* do PCP juntavam-se sobretudo à volta das bancas da Venezuela, França, Bolívia ou Itália para ver os *souvenirs* que os partidos comunistas daqueles países estavam a vender, como bustos do Che Guevara. Mas, aos poucos, a plateia de cadeiras do espaço de debates foi enchendo.

Falando para uma audiência maioritariamente grisalha, Eric Brooks, membro do Partido Comunista dos EUA, criticou o seu próprio país por estar em conflito desde a guerra no Vietname e acumular o "dinheiro do armamento no bolso dos super-ricos". Numa espécie de *mea culpa*, admitiu que o seu partido tem "um papel especial" por estar no "coração do imperialismo" e uma "responsabilidade de lutar pelo fim do financiamento a Israel" por ser o "maior financiador do genocídio".

O comunista procurou ainda mostrar que a "guerra não é boa para nenhum trabalhador em lado nenhum" ao argumentar que os EUA não podem "responder às necessidades dos trabalhadores se o dinheiro dos impostos vai para o orçamento militar". E defendeu que é preciso "construir movimentos de massas que reivindiquem a paz" com uma "componente antifascista".

Na longa lista de exigências, ainda incluiu o "fim da NATO", "acabar com o bloqueio a Cuba" e tirá-la da "lista dos países que ajudam Estados terroristas" ou a "promoção de sanções a Israel". Mas Isabel Camarinha, ex-secretária-geral da CGTP, defendeu não só o fim dos bloqueios, como das sanções, nomeadamente, a Cuba, Venezuela, Rússia, Ucrânia e Síria, que "estão a sofrer os ataques do imperialismo".

Sanções a Israel? Não é o "principal elemento"

A sindicalista alinhou, contudo, na ideia de que "a exploração aumenta conforme a guerra aumenta", razão pela qual argumentou que "a luta pela paz tem de estar inserida" na luta pelos direitos dos trabalhadores. E, embora sem pedir o fim da NATO, criticou que esta aliança militar exija aos países que invistam 2% do PIB na Defesa.

Foi algo que também mereceu a contestação de Ilda Figueiredo. A vereadora da CDU e dirigente do Conselho Português para a Paz e Cooperação começou por argumentar que há um recurso "cada vez mais forte" ao "armamento e ao militarismo para resolver conflitos internacionais" devido ao "capitalismo internacional", com os EUA e a União Europeia à cabeça. E considerou que essa "hegemonia" tem "repercussões no plano internacional, mas também nos países de todo o mundo". Seja devido ao "bloqueio económico" imposto a países como Cuba, Venezuela e Rússia ou à exigência da NATO para investir na Defesa, que, sublinhou, significa "menos dinheiro do Orçamento para os salários e os serviços públicos".

Mas como é que se conjuga o fim de sanções para a Rússia com a exigência de sanções para Israel? Em conversa com o PÚBLICO, Alexandre Araújo, do secretariado do comité central do PCP, não dá uma resposta fechada em relação a Israel, mas defende que a posição de princípio do partido se mantém. "Não quero responder em absoluto que não [se deve sancionar Israel], mas não creio que esse seja o principal elemento de uso na política internacional", afirma, defendendo que "quem sofre o resultado dessas sanções não são os governos, não são os políticos, mas os povos".

Da plateia, vieram pedidos para que se alie a luta pela paz ao combate contra as alterações climáticas ou à luta anti-racista. E os oradores concordaram: quando o "capitalismo exige conflito, desunião, racismo", "temos de estar contra o racismo e o capitalismo", disse Eric Brooks. "Acabem com a guerra, que essa é a principal poluição do planeta", completou Ilda Figueiredo.

Já para Célia Carvalho, militante do PCP de 51 anos, o debate serviu, sobretudo, para "vermos o outro lado dos Estados Unidos". "Às vezes esquecemos que, se calhar, a grande maioria não tem opção de voto ou é influenciada a votar nos dois maiores partidos, mas, no fundo, está insatisfeita, tem interesses semelhantes aos nossos", diz ao PÚBLICO. E as várias medidas defendidas, como o fim da NATO ou das sanções à Rússia, não a afastam: "A guerra é um negócio e não podemos apoiar. Devemos ir sempre pela negociação."

Valores europeus? São muros e campos

Do outro lado do recinto, entre uma exposição sobre os serviços do Estado e uma banca de *merchandising* do PCP, que fazia fila, discutiam-se as políticas de imigração. António Filipe, deputado do partido, disparou críticas tanto ao PS, pelo "erro clamoroso" de não garantir a regularização dos imigrantes quando estava no Governo, como à AD, pela "falta de vontade" de "tomar medidas enérgicas".

Defendendo que o "problema não é a imigração", mas a "imigração ilegal", o parlamentar considerou que falta "uma política realista e humana de integração dos imigrantes na sociedade e no mercado de trabalho". E realçou que se deve "mobilizar as capacidades do Estado" para resolver a situação dos imigrantes com processos por regularizar. Foi algo que o PCP já propôs sob a forma de um "programa de



Ao segundo dia de Festa, debateu-se a paz e a guerra com Eric Brooks, do PC norte-americano



emergência” e que António Filipe agora acusa o Governo de estar a “pôr em prática”, mas em “versão pelintra”.

Frente a uma plateia de pessoas que se acumulavam no chão, Sandra Pereira, ex-eurodeputada do PCP, aproveitou para responder a Paulo Portas. O ex-vice-primeiro-ministro e antigo líder do CDS defendeu esta sexta-feira, numa iniciativa do partido, que os imigrantes têm “de aceitar os valores fundamentais da Europa”. Mas a comunista, que fez uma extensa crítica ao Pacto das Migrações, contrapôs: “O que são os valores europeus? É esta imparcialidade na recepção de quem nos procura?” ou que “constrói arame farpado nas fronteiras?”

“É uma forma racista e xenófoba de designar uma superioridade europeia que não existe”, acusou, defendendo que “financiar muros” e colocar “pessoas à procura de uma vida melhor” em campos de refugiados “não são valores europeus”. “Os valores são universais. Temos é de os pôr em prática e aceitar dignamente a todos. Há dinheiro para isso”, insistiu.

Seyne Torres, membro do comité central, por sua vez, reforçou a ideia de que “o problema não é de imigração descontrolada, é de irregularidade e ilegalidade”, e vaticinou que, com as medidas do actual Governo, “o problema vai ficar igual no prazo de um ano”. Criticando o facto de a regularização estar “parada” por “falta de meios”, a dirigente do PCP acusou o Governo de querer “tirar os direitos dos imigrantes” para “nivelar os direitos dos portugueses”, isto é, colocar uns contra outros. “É mais fácil dizer que a culpa das urgências fechadas é do turismo obstétrico do que da falta de investimento no SNS”, atirou, defendendo que é preciso “desmistificar este discurso falso”.

Se há diferença entre a Festa do *Avante!* do ano passado e esta é que as bandeiras da Palestina e os *keffiyeh* são agora mais visíveis em cada canto do recinto. E talvez o tenham sido, mais do que em qualquer outro momento, durante uma acção de solidariedade com o povo palestiniano, em que a plateia se pintou de vermelho, preto, branco e verde. Paulo Raimundo chegou, bem-disposto, para ver o concerto e cumprimentar alguns militantes, mas o tom endureceu quando falou sobre a posição do Estado português: “O Governo não faz mais porque não quer.”

Enquanto no Palco Paz se tocavam músicas de intervenção, o secretário-geral do PCP quis vincar que acredita que com “a força heróica do povo palestiniano e de todos os povos vai ser possível a Palestina vencer”. Mas confessou ter “vergonha alheia” sobre o Governo, por não reconhecer o Estado da Palestina quando “não há nenhuma razão” para que não o faça, a não ser o facto de estar “vergado a interesses que não são os do povo”, antes dos EUA e de Israel.

Sem sombra de "geringonça", esquerda aumenta pressão sobre Pedro Nuno Santos

Fernando Costa

Os bloquistas não entendem como é que o PS pode viabilizar o Orçamento da direita. PCP fala em interesses

O passado comum nos tempos da "geringonça" não chega para atenuar a pressão que o Bloco de Esquerda e o PCP têm colocado em cima do PS nos últimos dias. Sobre o Orçamento do Estado, o BE critica a mudança de posição dos socialistas, que, diz, foi assumindo cada vez mais uma vontade de negociar com o Governo. O PCP, por seu lado, confessa não estar iludido com "o falar alto e as linhas vermelhas, cor de rosa ou laranjas".

O secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, está convencido de que o líder do PS, Pedro Nuno Santos, não terá "força" para aguentar a pressão e acabará por ceder ao Governo AD. "Quando for o momento, o que determinará são os objectivos destas forças, dos grupos económicos, que estão a procurar mais uma peça para cumprir os seus objectivos", disse, sexta-feira, na abertura da Festa do *Avante!*.

No Fórum Socialista, a *rentrée* política do Bloco, Mariana Mortágua tinha deixado uma série de recados ao partido liderado por Pedro Nuno Santos. Criticou, sobretudo, a aparente mudança de posição dos socialistas na vontade de negociar o Orçamento do Estado para 2025, que terá passado de um "praticamente impossível" para uma "disponibilidade para negociar" com o Governo.

Na mesma linha, numa entrevista à CNN, esta terça-feira, considerou "estranho" e "difícil de compreender que um projecto político de direita liberal possa ser aprovado à esquerda do PSD". Procurando preparar o discurso para uma eventual viabilização do Orçamento por parte do PS, Mortágua vai repetindo: "Quem viabiliza o Orçamento da direita, suporta o Governo da direita" ou "Quem suporta o governo da direita, não faz oposição à direita".



Quem viabiliza o Orçamento da direita, suporta o Governo da direita

Mariana Mortágua
Coordenadora do BE

NUNO FERREIRA SANTOS

Mariana Mortágua com Pedro Nuno Santos

Catarina Martins, eurodeputada do BE, fez eco da posição da líder do partido no programa *Linhas Vermelhas*, emitido pela SIC Notícias. A ex-coordenadora do Bloco saudou Pedro Nuno Santos por ter colocado condições para uma possível viabilização do OE2025 "que têm que ver com a diferença entre programas", por exemplo, a nível fiscal. Mas seguiu com uma pergunta: "Isso é suficiente? A mim, parece-me muito pouco de diferença entre o PS e a direita."

Para a eurodeputada, os socialistas têm dificuldade em "saber se [o partido] é de esquerda" e chegou mesmo a aproximar "a maioria absoluta do PS" ao programa do actual Governo de Luís Montenegro. À semelhança do que afirmara Mortágua na *rentrée* bloquista, disse ainda que "se o PS decidir viabilizar o Orçamento da direita não é capaz de se afirmar como alternativa".

Sem "legitimidade"

Mariana Mortágua criticou esta semana o anúncio do Governo da criação das Unidades de Saúde Familiar modelo C – que considerou serem "centros de saúde privados pagos com dinheiro público" – e apontou que a medida do actual executivo é possível devido a "uma porta que foi aberta pelo PS, que inventou este modelo de centros de saúde".

Depois de divulgadas as conclusões do relatório da Inspecção-Geral de Finanças, o BE voltou a apontar ao PS, depois de deixar duras críticas ao actual Governo e ao executivo liderado por Pedro Passos Coelho, que privatizou a companhia aérea pela primeira vez. Em conferência de imprensa, no 3 de Setembro, Mortágua disse mesmo que os socialistas têm "pouca legitimidade para criticar este negócio".

Elencou duas razões. Em primeiro lugar porque, alegadamente, o anterior Governo socialista "na altura em que comprou a posição de David Neeleman na TAP" saberia da existência de "todos estes problemas" na privatização. Em segundo, porque a decisão de reprivatizar a TAP partiu, ela mesma, do executivo de António Costa.

O PS de Pedro Nuno Santos, então liderado por António Costa, governou durante uma legislatura inteira com uma maioria relativa no Parlamento graças ao apoio do PCP e BE, que viabilizaram os sucessivos Orçamentos do Estado, entre 2015 e 2019. O Orçamento de 2020, na legislatura seguinte, ainda foi viabilizado com o PCP. O BE saltou fora do entendimento. No ano seguinte, a não-aprovação do OE precipitou o país na crise que levou a eleições legislativas antecipadas. **com Helena Pereira**

Reeleito líder do PSD com 97%, Luís Montenegro promete "espírito reformista"

Líder do PSD teve as primeiras eleições directas do partido desde que é primeiro-ministro. Mandato é de dois anos

O presidente do PSD, que foi reeleito por mais dois anos como líder dos sociais-democratas, prometeu "continuar o espírito reformista e transformador", vencer as autárquicas e "colaborar para a eleição" do próximo Presidente da República.

O presidente do PSD e recandidato único ao cargo, Luís Montenegro, foi eleito com 97,45% dos votos, anunciou ontem o Conselho de Jurisdição Nacional do partido, resultado mais expressivo de sempre em eleições internas sem concorrência no PSD.

Num vídeo divulgado nas redes sociais, Montenegro começa por deixar "uma palavra de profundo agradecimento à confiança" que os militantes depositaram na sua liderança e no trabalho da sua equipa.

"Nos próximos anos, vamos continuar o espírito reformista e transformador que trouxemos ao Governo de Portugal, com muita sensibilidade social, a atender à resolução de cada problema concreto de cada portuguesa e de cada português", assegurou o também primeiro-ministro.

O presidente do PSD prometeu que o partido continuará a ser "grande e dinâmico" e reafirmou os compromissos para os actos eleitorais que já tinha traçado na sua moção de estratégia global para os próximos actos eleitorais.

"Já no próximo ano, nas eleições autárquicas, onde queremos recuperar a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias e as suas lideranças. E depois, em Janeiro de 2026, onde queremos colaborar para a eleição de um Presidente da República para os cinco anos seguintes", afirmou.

"Contem com o PSD, contem com este espírito de reformismo e transformação e sempre, sempre, ao lado das pessoas", concluiu.

De acordo com o comunicado do órgão jurisdicional do PSD, votaram na sexta-feira nas eleições directas para presidente da Comissão Política Nacional (CPN) 16.602 militantes, de um universo de 41.863 militantes com capacidade eleitoral (com as quotas em dia), uma taxa de abstenção de cerca de 60%.



Luís Montenegro foi eleito líder do PSD a primeira vez em 2022

Luís Montenegro venceu as directas com 16.179 votos (97,45%) e viu renovado o seu mandato como 19.º presidente do PSD para mais dois anos.

A eleição dos restantes órgãos nacionais realiza-se no 42.º Congresso do partido, marcado para 21 e 22 de Setembro, em Braga.

A última vez que o PSD tinha tido um candidato único à liderança foi em 2016, nas sétimas eleições directas, as últimas em que Pedro Passos Coelho – já na qualidade de líder da oposição – foi reeleito presidente do partido com mais de 95% dos votos, até então o melhor resultado de sempre. **Lusa**

Cinco reclusos fogem, à luz do dia, de prisão de alta segurança

Presos subiram muro com escadote fornecido do exterior, às 10h. Só duas horas depois deram pela falta deles



Marta Leite Ferreira

Conhecem bem os meandros da Justiça, sabem quais as falhas do sistema prisional e têm o engenho de quem já fugiu da prisão outras vezes. Rodolf José Lohrmann, Mark Cameron Roscaleer, Fábio Fernandes Santos Loureiro, Fernando Ribeiro Ferreira e Shergili Farjiani, condenados por penas como sequestro e tráfico de drogas, alguns dos quais suspeitos de homicídio no estrangeiro, não precisaram de se esforçar muito para fugir do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus ontem de manhã. Só precisaram de um pátio sem guardas prisionais, uma câmara de vigilância desligada, um escadote e um carro no exterior, preparado para a fuga. Às 10, enquanto os restantes reclusos recebiam visitas, estes cinco puseram-se a monte. Ainda não foram encontrados.

A Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais detalhou que a fuga aconteceu por volta das 10h "através do lançamento de uma escada" vinda do exterior "que permitiu aos reclusos escalarem o muro". Mas só duas horas mais tarde é que os guardas prisionais deram pela falta dos cinco fugitivos, indicou Frederico Morais, presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional: "Eles tiveram auxílio do exterior por parte de três indivíduos, dois que colocaram uma escada, porque o muro da prisão tem cerca de seis metros [de altura], e outro que ficou a aguardar num carro." Tão simples quanto isso.

Se alguém era capaz de levar este plano de fuga avante era Rodolf José Lohrmann, também conhecido como "Russo". Quando foi detido em Aveiro, estava fugido à Justiça argentina havia mais de uma década. Em 2003, juntamente com o cúmplice José Maidana, raptaram naquele país o filho de um antigo ministro da Saúde – cujo paradeiro permanece desconhecido até hoje. Depois fugiram para a Europa.

A dupla não dava passos em falso. Rodolf e José Maidana submeteram-se a intervenções cirúrgicas, usavam falsos documentos, trocaram amiúde de número de telefone, falavam por código, pagavam a renda a tempo nas várias casas que arrendavam ao mesmo tempo e mantinham vidas pacatas, sem luxos. Mas sobrava-lhes tempo para manterem por cá a vida criminosa de sempre – até mesmo depois da reclusão de Rodolf no Estabelecimento Prisional de Vale de Judeu.

Rodolf José Lohrmann fixou-se em Portugal em 2014. Parecia invisível às autoridades, mas estava em todo o lado: o mesmo homem que fazia companhia a uma vizinha idosa, visitando-a todas as tardes, também era o cérebro por detrás de intricados planos de assalto a bancos que duravam meros segundos e renderam, naqueles dois anos até 2016, pelo menos 235 mil euros. Só avançava depois de os cúmplices estudarem durante um mês as rotinas das sucursais que seriam atacadas. Não costumava recorrer à violência, mas chegou a esbofetear uma mulher grávida, ameaçando-a de morte, durante um assalto em Cascais.

Em Novembro de 2016, a PJ deteve Rodolf José Lohrmann e o cúmplice na iminência de um assalto a uma carrinha de transporte de valores. Só um mês depois, quando contactaram as polícias latino-americanas, é que as autoridades portuguesas perceberam quem tinha capturado: eram dois dos homens mais perigosos e mais procurados da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, suspeitos de crimes tão graves como sequestros e homicídios.

Lohrmann também já tinha tentado fugir de uma prisão. Pelo menos foi o que o próprio contou nas cartas que enviou ao jornal argentino Clarín em 2019. Estava em prisão preventiva na Bulgária quando em 2011, ao fim de dois anos e meio na prisão, "conseguiu uma fuga digna de um filme". Agora repetiu a proeza, des-

Desde 2009, fugiram 160 presos e caiu número de guardas prisionais

Cento e sessenta reclusos fugiram ao sistema prisional português só nos últimos 15 anos, a maioria dos quais enquanto estava detida num estabelecimento prisional, revelam os dados da Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ). Entre os reclusos evadidos, 98 cumpriam pena numa prisão e os restantes 62 estavam em regime aberto ou a cumprir diligências no exterior.

Só em 2023 foram nove os reclusos que escaparam, sete enquanto cumpriam pena intramuros e dois em regime aberto no exterior.

O ano com mais casos de fuga de que há registo foi 2009, precisamente quando os dados começaram a ser disponibilizados pela DGPJ. Nesse ano, 28 reclusos fugiram do sistema prisional. Desses, 16 estavam dentro da prisão, seis cumpriam pena em regime aberto no interior e outros seis estavam em regime aberto no exterior ou em diligências fora da prisão no momento da fuga.

Estas fugas aconteceram num período em que o número de guardas prisionais veio a diminuir. Entre 2009 e 2023,o número de guardas baixou em 9% e o número de reclusos aumentou quase 10%. Se, há 15 anos, havia um rácio de 2,48 reclusos para cada guarda prisional, no ano passado essa proporção já tinha aumentado para 2,99. Ou seja, o universo de guardas prisionais é um terço dos reclusos a cumprir pena. Segundo a DGPJ, Vale de Judeus tinha, a 31 de Dezembro de 2023, 530 reclusos — mas o número de guardas rondará os 120, segundo as contas adiantadas ontem por Frederico Morais, do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP). A confirmar-se, isso significa que cada guarda é responsável por quatro reclusos. O ideal, afirma o sindicalista, seria um rácio de 2,6 reclusos por cada guarda — ou seja, um total de 200 guardas.

A situação foi mais crítica entre 2011 e 2017, quando a ocupação das prisões ultrapassou a lotação máxima e atingiu 117% em 2013. As medidas de contenção na pandemia, com a libertação de reclusos em prisões sobrelotadas, permitiram baixar a percentagem. Mas os dados de 2023 demonstram que a ocupação nas prisões está a um ponto percentual do limite.
M.L.F.

PAULO PIMENTA



A prisão de Alcoentre é uma prisão de alta segurança

ta vez em Portugal, ao lado de outro recluso com experiência em fugas da prisão: Mark Cameron Roscaleer, que já tinha sido transferido para Lisboa após ter tentado escapar da prisão de média segurança em Silves, foi apanhado a planear uma fuga criativa. Das duas, uma: ou tentaria fugir com uma corda feita com lençóis a partir da janela da cela, cujo vidro já tinha quebrado, ou procuraria serrar as grades e besuntar-se de óleo para facilitar a passagem.

A preparação para a fuga foi demasiado evidente para passar despercebida aos guardas prisionais, que travaram o plano. Certo é que a tentativa de fuga na prisão de Lisboa era já a terceira que o recluso levava avante – e, na primeira vez, foi bem-sucedido. Aconteceu em Inglaterra, enquanto cumpria pena por um assalto violento num pub em que Mark tinha ameaçado "esmagar o crânio" a um funcionário com o martelo que empunhava. Nessa altura, o recluso britânico conseguiu mesmo fintar a segurança do estabelecimento prisional, mas entregou-se às autoridades poucos dias depois da fuga.

Na fuga de ontem participou também Fábio Loureiro, que foi detido em 2012 em Odemira enquanto passava férias com os amigos. Não era a primeira vez que as autoridades o detinham, mas era a primeira vez que acabaria mesmo atrás das grades. Para trás ficariam anos de fintas à Justiça, com Fábio a escapar-se sempre entre os pingos da chuva, ora por falta de provas, ora porque outros assumiram as culpas.

Fábio ficou na mira das autoridades quando ascendeu à liderança de um gangue juvenil. Conduzia carros de luxo e andava sempre armado com uma espingarda automática Kalashnikov. Chegou a disparar com uma metralhadora contra uma vivenda em Albufeira, onde estava um bebé de seis meses, por causa de um ajuste de contas. Era só mais um episódio numa história de crimes de roubo a casas pelo Algarve, crimes como tráfico de menor quantidade, associação criminosa, extorsão, branqueamento de capitais, injúria, resistência e coacção sobre funcionário e condução sem habilitação legal.

Fábio Loureiro caiu muitas vezes na malha da polícia e muitas vezes conseguiu escapar. Em 2011, chegou a ser detido por ter sido apanhado numa operação de combate ao tráfico, mas foi libertado porque um amigo afirmou que os 11 quilos de haxixe apreendidos eram dele e não de Fábio. Noutras ocasiões, as provas que as autoridades tinham contra o fugitivo revelaram-se circunstanciais e pouco sólidas.

Também Fernando Ferreira fugiu de Vale dos Judeus numa altura em que cumpria uma pena de 25 anos pelos crimes de tráfico de estupefacientes, associação criminosa, furto, roubo e rapto. Era líder dos "Mosqueteiros" que, escreve o Notícias de Coimbra, "aterrorizaram a região Centro" com assaltos com armas de fogo a hipermercados e ourivesarias.

Em Julho de 2010, a PJ anunciava que o tinha identificado e detido. No ano seguinte, Fernando Ferreira acabou condenado a uma pena de 11 anos por ter raptado e torturado um empresário de 31 anos em Agosto de 2009. "Batiam-me todos os dias e apertavam-me os dedos dos pés com um alicate", disse a vítima em 2010 em entrevista ao mesmo jornal. Foi quando foi levado a um banco em Coimbra para levantar o dinheiro exigido pela liberdade (20 milhões de euros) que o empresário conseguiu pedir ajuda.

Os quatro, assim como Shergili Farjiani – o quinto elemento, de que, pouco se sabe além de que era natural da Geórgia e estava a cumprir sete anos pelos crimes de furto, violência depois da subtracção e falsificação de documentos – são "extremamente perigoso", avisou Frederico Morais.



Tiveram auxílio do exterior por parte de três indivíduos, dois que colocaram uma escada no muro de seis metros, e outro que ficou a aguardar num carro

Frederico Morais
Presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional

Presidente da República condecora Augusto M. Seabra postumamente

Joana Amaral Cardoso

Marcelo Rebelo de Sousa atribuiu ontem a condecoração de comendador da Ordem de Sant'Iago de Espada

O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa condecorou ontem o crítico cultural Augusto M. Seabra, a título póstumo, tornando-o comendador da Ordem de Sant'Iago de Espada, durante as últimas homenagens ao fundador do PÚBLICO no Picadeiro Real, em Lisboa. "Uma coisa que ele nunca aceitaria em vida. Não só não aceitaria, como faria sobre isso uma crónica impiedosa", disse o chefe de Estado na cerimónia.

Amigo e antigo colega de Augusto M. Seabra no jornalismo, Marcelo Rebelo de Sousa já tinha declarado na quinta-feira, dia da morte do crítico e programador cultural, que este "encarnou como poucos no Portugal contemporâneo a figura do crítico cultural". Este sábado, entre a solenidade e algum humor, elogiou no salão do antigo Museu dos Coches a decisão da ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, também presente, de ali ter acolhido as homenagens fúnebres de Seabra. E, ao entregar o título honorífico à família, brincou: "É uma espécie de vingança pelas horas e horas e horas em que vi o meu gabinete invadido no *Expresso* por ideias novas, fascinantes", mas sobretudo, mais sério, como um reconhecimento de "décadas e décadas ao serviço de Portugal".

A Ordem Militar de Sant'Iago da Espada distingue o mérito literário, científico e artístico e comporta os graus de cavaleiro ou dama, oficial, comendador, grande-oficial e grã-cruz e ainda o grande-colar. António Lobo Antunes, Manuel Alegre ou Sophia de Mello Breyner foram distinguidos com esta honraria, sendo a escritora a primeira mulher que não tenha sido chefe de Estado a receber o grau superlativo da mesma – o grande colar.

Augusto M. Seabra, de 69 anos, morreu na quinta-feira no Lar de Santa Joana Princesa, em Lisboa, na sequência de vários problemas de saúde que o vinham debilitando há anos. Crítico há 47 anos e colaborador de publicações de referência portuguesas como o semanário *Expresso* ou o PÚBLICO, era um nome essencial na análise da política cultural, para lá do seu papel como crítico de cinema, música clássica ou contemporânea, ópera, teatro e dança. Polemista e conhecido nome da cena cultural portuguesa desde o final da década de 1970, conheceu Marcelo Rebelo de Sousa um pouco antes do 25 de Abril, como disse este sábado o Presidente.

"E depois privámos no *Expresso*. Foi uma experiência fascinante. Era um grupo dissidente que havia no *Expresso*, que contestava a estrutura unitária concebida para a luta antes do 25 de Abril. Era uma luta política; passou a ser uma luta política e cultural depois do 25 de Abril. O aparente líder era o Vicente Jorge Silva, mas o verdadeiro líder era o Augusto", contou Marcelo Rebelo de Sousa, referindo-se assim a dois dos fundadores do futuro projecto do diário PÚBLICO.

Elogiou o facto de Seabra ter emprestado "o seu génio e a sua visão global àquele grupo", de ter estado na génese da "autonomia do *Expresso - Revista*", importantíssima publicação e suplemento cultural da época. O Presidente recordou a "energia inesgotável", a "imaginação impagável" do crítico. "Nunca pediu licença para fazer nada na vida. Fez." E sublinhou a sua "lucidez e visão de futuro".

"Era capaz de criticar, mas era capaz de criar à antiga. Era o único a criar a figura do crítico cultural. Havia, na resistência à ditadura, críticos cinematográficos, literários, teatrais. Não havia um crítico cultural global. Só me lembro do Augusto.



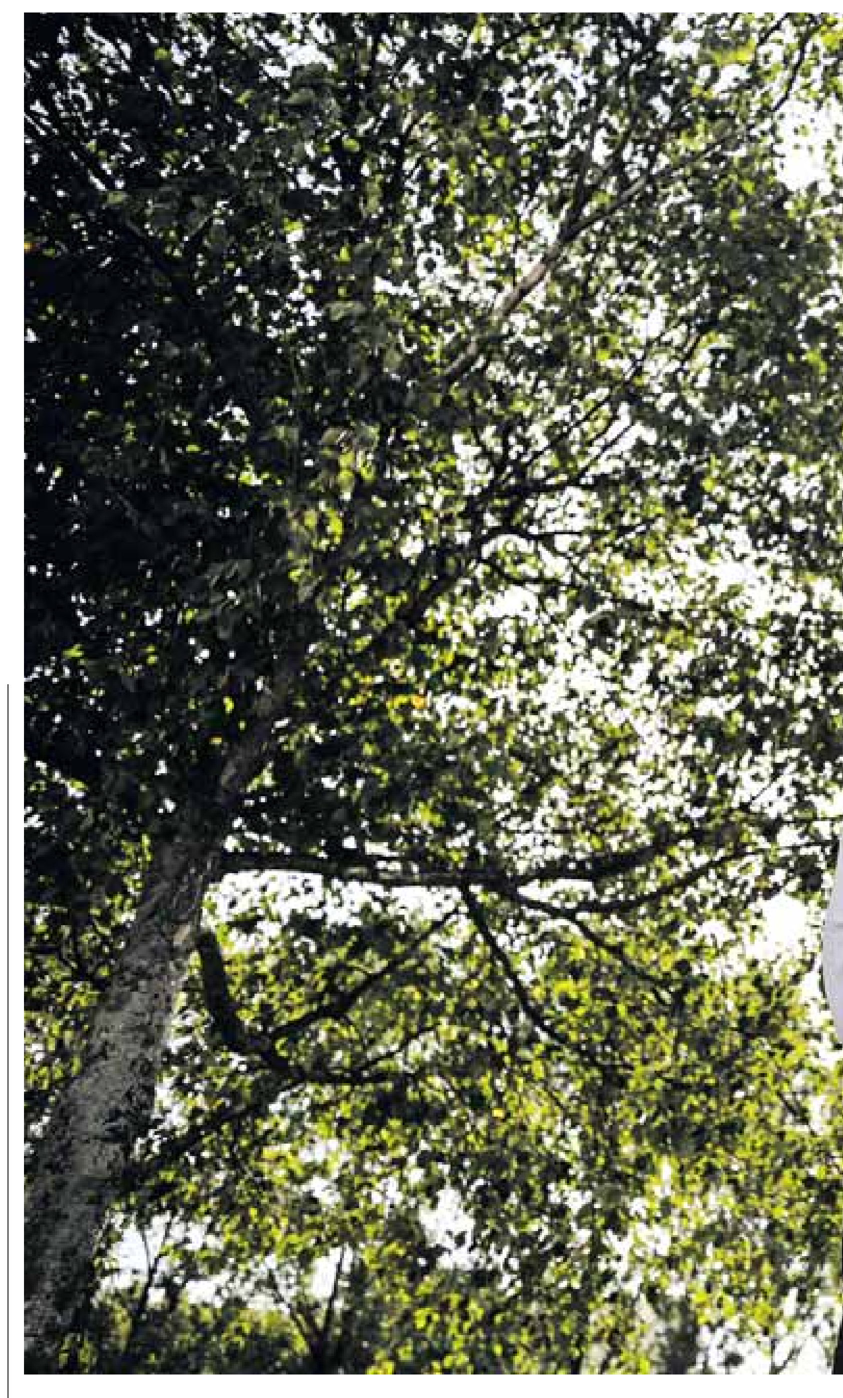
Últimas homenagens a Augusto M. Seabra decorreram ontem no salão do Picadeiro Real

Para se ser um crítico cultural global é preciso ser-se muito culto, muito informado, com aquela prodigiosa memória e, mais importante", utilizar essa memória "projectando-a para o futuro, e tendo uma visão global das culturas e das políticas culturais", disse Marcelo Rebelo de Sousa.

Na mesma intervenção, sorriu enquanto recordou um homem "totalmente irreverente, totalmente incontrolável, totalmente imprevisível, totalmente fascinante por isso. Arrastava-nos para as posições mais espantosas e inesperadas – que podia ser uma pateada a um espectáculo –, e não pensava duas vezes nas consequências que teria." Politicamente, "provocava crises, provocava demissões, mas não provocava em bicos de pés. Não era vaidoso."

Sociedade

Temos de pensar a “vacinação ao longo de toda a vida e não apenas nas crianças”



Gustavo Tato Borges Especialista considera a imunização de bebés contra o vírus sincicial respiratório uma “medida extremamente interessante”, que terá boa adesão

Entrevista

Daniela Carmo Texto
Nelson Garrido Fotografia

Vacinar ao longo de toda a vida traz ganhos em saúde, confere mais anos com qualidade de vida e pode mesmo ter um impacto visível na despesa com doenças preveníveis através da imunização na idade adulta superior a 245 milhões de euros em Portugal. Esta é a principal conclusão da análise *O impacto económico e social inerente às doenças preveníveis por vacinação no adulto*, desenvolvida pela Escola Nacional de Saúde Pública no âmbito do projecto *+Longevidade*, um *think thank* dedicado à vacinação no adulto recentemente coordenado pelo laboratório de investigação Nova Center for Global Health da Nova Information Management School (Nova IMS).

O PÚBLICO conversou com um dos porta-vozes do projecto, o médico especialista em saúde pública Gustavo Tato Borges, também presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública.

Saíram esta semana as orientações para a campanha sazonal de vacinação, que este ano se inicia a 20 de Setembro, mais cedo. Consegue entender o motivo da mudança? E porque é que é tão importante que sejam publicadas estas normas pela Direcção-Geral da Saúde (DGS)?
A norma é um documento técnico da DGS, que permite balizar de uma forma muito concreta a quem se destina a vacinação. E também quem é que vai fazer o quê nesta actividade. Permite que haja equilíbrio e uma organização estrutural, assegura que os serviços de saúde funcionam todos da mesma maneira. Quando é uma orientação ou recomendação, as pessoas podem seguir ou não.

Este ano, temos uma orientação cuja principal novidade é o alargamento da vacina com a dose reforçada da gripe para os idosos com 85 anos ou mais. A recomendação científica seria a de apostar já na vacinação de pessoas com idades mais abaixo. Mas dar a pessoas que têm 85 anos e que não estão em lares, porque esta vacina já era dada a pessoas que estavam em lares, permite uma protecção maior.

E que importância tem o facto de começar mais cedo este ano?
A vacinação para a gripe já começou, em tempos atrás, em meados de Setembro. E o que se foi vendo é que o pico da gripe estava a deslocar-se para o final do ano, início de Janeiro. A vacinação muito cedo não permitia proteger essas pessoas na altura do pico. Então, foi-se atrasando um bocadinho a vacinação.

O que aconteceu no ano passado fez com que as pessoas se atrasassem para se ir vacinar. E o que ocorreu foi uma vacinação um pouco mais lenta da população mais idosa, fruto das mudanças que aconteceram, nomeadamente a passagem para as farmácias, o fim da convocatória activa destas pessoas, se calhar uma estratégia de comunicação que eu acho que não foi adequada, porque foi muito baseada na comédia e pouco em questões técnicas.

Agora, há um forte impulso para ser vacinado já em finais de Setembro, o que fará com que, durante os meses de Outubro e Novembro, possamos chegar à cobertura vacinal ideal de 65% de pessoas com mais de 65 anos vacinadas. E isso faz com que o grosso da população esteja protegido quando chegarmos a Dezembro, Janeiro e evitemos aquele pico que tivemos no final do ano passado. Em resumo, é uma boa medida antecipar e será importante que seja agilizada esta vacinação e que se chegue à população-alvo de uma forma mais rápida.

À vacinação não só contra a gripe, mas também contra a covid-19.
Sim, e a vacina contra a covid-19 foi extremamente importante. Estima-se que esta vacina salvou 20 milhões de vidas desde que foi aplicada, o que é extraordinário porque as vacinas ditas tradicionais pouparam, em 50 anos, cerca de 154 milhões de vidas.

Admito que a população, se calhar, se sentiu um pouco enganada porque disseram que só seria para tomar duas ou três doses. Depois já era preciso reforço e, afinal, todos os anos, a população mais vulnerável vai ter de ser vacinada. E isto prende-se muito com aquilo que é a capacidade de percepção das mensagens de risco e da alteração das circunstâncias do dia-a-dia.

Quando o SARS-CoV-2 apareceu, não havia a noção de que se mudasse tanto. E não houve uma mensagem eficaz, além de que existiram teorias da conspiração, as pessoas tiveram receio porque a vacina apareceu em tempo recorde. Além disso, passaram também a temer os possíveis efeitos secundários. Tudo isso fez com que tivessem uma percepção de menor segurança perante aquilo que é a vacina contra a covid-19. Não há nenhuma vacina que seja de risco zero. Todas têm, mas, com a comparação entre ter a doença ou ter os efeitos indesejados da vacina, é muito melhor arriscar com a vacina.

Ainda sobre a vacinação sazonal, no plano de Inverno apresentado pelo Governo, uma das medidas passa por “autorizar o funcionamento de pontos de vacinação no sector privado e social”. Sabe em que consiste? E como vê esta possibilidade?



Há um desafio grande de mostrar às pessoas que nem sempre tudo o que é natural é melhor

Também temos de trabalhar no idadismo. Os mais velhos são colocados muitas vezes numa zona de menor importância

O que entendo dessa medida, e não estou directamente envolvido nessa área, é que o que o Governo pretende alargar ao máximo a capacidade de vacinar as pessoas nos seus locais de residência. Alargar, por exemplo, às Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas, lares, aos centros de dia. No fundo, não as obrigar a deslocar-se a um centro de saúde ou a uma farmácia para serem vacinadas.

O que acontecia nos outros anos é que as unidades de saúde pública trabalhavam muito de perto com os lares e iam lá vacinar as pessoas. Mas, por exemplo, os serviços de atendimento domiciliário ou os centros de dia não estavam abrangidos por esta prática. Desta forma, reconhecendo a capacidade deste sector de poder inocular, então abre-se uma porta maior à acessibilidade.

É uma ideia interessante, mas, na prática, o que vai acontecer na maior parte das vezes é que vai ser a saúde pública a fazer este trabalho,



possivelmente também as unidades de saúde da comunidade e também as unidades de saúde familiar.

Uma das novidades implementadas por este Governo e inscritas no Plano de Emergência e Transformação na Saúde é a imunização de bebés contra o vírus sincicial respiratório (VSR), uma medida que este *think tank* defende. Podemos, portanto, concluir que vêem com bons olhos a mudança?

É uma medida extremamente interessante, que já foi testada em Espanha (na Galiza) e na Madeira. O que se verifica é que as crianças que vão ser inoculadas vão estar mais protegidas e, por isso, ter menor risco de desenvolver doença respiratória aguda que implique depois internamentos, ter de ficar em casa e que, subsequentemente, os pais tenham de faltar ao trabalho.

Vamos agora também perceber qual a aceitabilidade das pessoas para ela porque também existem alternativas como vacinar as mães para o vírus e depois dar o anticorpo apenas às crianças prematuras. Também poderia ser uma forma de actuar. Porém, de acordo com o que foi estudado, a população estará mais disponível para inocular os seus filhos com este anticorpo. Acho que vai valer muito a pena e este Inverno já vamos poder ver o seu impacto.

Acredita que haverá adesão por parte da população, tendo em conta a crescente hesitação vacinal, que, apesar de tudo, em Portugal é menos notória?

Acredito que sim, e Portugal tem essa vantagem. Daquilo que são as vacinas dadas no PNV não há grande resistência e a confiança na vacinação continua muito alta em Portugal, o que é de louvar. Acredito que a vacinação para o VSR terá uma adesão e resultados interessantes. As crianças são inoculadas antes do primeiro ano de vida, que é uma altura em que as pessoas também têm a percepção de que o seu bebé está mais vulnerável a doenças infecciosas, há uma vontade de proteger e há uma evidência de que isto vai proteger.

Quanto ao fenómeno da hesitação vacinal, que desafios e barreiras vê, a longo prazo, em Portugal?

Sabemos que o fenómeno é algo que está em crescendo no mundo inteiro e já vem de há muitos anos. Os Estados Unidos da América têm um problema muito grande com isso. Mas não só, também França, Reino Unido têm problemas consideráveis. E Portugal também irá ter e temos de nos preparar.

Antigamente, a nossa realidade era meramente nacional, agora o mundo é um bocadinho uma aldeia e, rapidamente, aquilo que se passa num sítio do mundo chega ao outro lado. As dúvidas, os receios e efeitos negativos são todos exacerbados pelas redes sociais. A existência de terapias alternativas e o impacto que, cada vez mais, tudo isto tem irá fazer com que haja um desafio grande de mostrar às pessoas que nem sempre tudo o que é natural é melhor e que este trabalho que é desenvolvido tem resultados práticos consideráveis.

A vacinação teve um impacto de 40% na redução da mortalidade infantil em Portugal. Daqueles 154 milhões de mortes que foram evitadas pelas vacinas em 50 anos, a grande maioria foram crianças até aos cinco anos de idade. Não há dúvida de que a vacinação é uma medida preventiva de elevado valor e na qual devemos continuar a trabalhar.

Como é que conseguimos dizer às pessoas de uma forma eficaz para se irem vacinar?

Há uma coisa muito importante que devemos ter sempre na nossa comunicação para a saúde, que é falar abertamente e de forma transparente. Quando mostramos os números, sejam eles positivos ou de efeitos negativos da vacinação, e comparamos diferentes realidades entre países mais vacinados e menos vacinados, no cômputo geral as pessoas acabam por se ir vacinar. Temos de transmitir de forma transparente e inteligível estes dados, ou seja, tem de ser um discurso adaptado à população. Não podemos utilizar o jargão técnico. E estar lá também para tirar as dúvidas dos cidadãos.

Que outras mudanças gostaria este grupo de ver implementadas?

Há várias vacinas que são interessantes para a nossa população mais velha, umas têm que ver mais com a mortalidade, outras com a qualidade de vida. Para esta segunda parte, diria que a vacina para o herpes zoster é muito interessante porque permite que as pessoas deixem de ter agudizações tão frequentes desta doença, da sua infecção, que fica guardada nos neurónios, tendo condições adequadas para isso. Com a vacinação vamos conseguir evitar esses casos.

Há sempre a vacina pneumocócica, que está já definida para alguns grupos de risco, apesar de não haver uma evidência científica muito robusta de que vamos, de facto, conseguir reduzir em número os internamentos se alargarmos a gratuitidade desta vacina para outras populações. Por exemplo, se conseguíssemos incluir todas as pessoas com 65 ou mais anos nesta vacinação gratuita poderíamos, a longo prazo, ter uma redução dos episódios, dos internamentos e até na própria carga da doença. E há ainda a vacina para o HPV, que actualmente está a ser administrada a crianças. Daqui a um conjunto de anos, iremos ter a população praticamente toda vacinada na infância, mas a vacinação do adulto também pode ajudar a reduzir casos desta infecção que depois possam avançar para cancro. E o cancro oral está em crescendo associado a este vírus.

Sabemos que Portugal tem em curso um plano de eliminação do HPV, no âmbito da vacinação do adulto, e uma vez que a vacinação contra este vírus, que não está incluída no PNV, tem um custo que ascende a mais de 400 euros, crê que deveria ser comparticipada?

Depende de qual é a vontade do Governo, porque esta é uma decisão orçamental e governamental. Quando queremos fazer com que as pessoas assumam determinado comportamento, a melhor forma de o fazer é reduzir as suas barreiras de acesso.

Neste âmbito, talvez seja importante não ter prescrição, ou seja, ser elegível apenas pela idade, e não ter a barreira do pagamento ou ter um pagamento mais reduzido. Havendo dinheiro e disponibilidade orçamental, penso que deve ser um caminho a seguir.

Poderíamos falar também de alargar outras vacinas às farmácias, como por exemplo a do tétano. Isto porque as pessoas não vão ao seu centro de saúde, acabam por não fazer a vacinação e perde-se. Há aqui oportunidades de crescimento.

Já fizeram alguma proposta à DGS?

Este grupo de trabalho teve oportunidade de se reunir com a directora-geral, de lançar algumas dúvidas. Sabemos que ela levou algumas dessas questões para a comissão técnica de vacinação portuguesa e, também por isso, há estas mudanças. Há aqui um trabalho sinérgico. vacinação Há um relatório a ser feito para ser enviado quer ao ministério, quer à DGS, salientando a importância das vacinas e de podermos alargar o PNV, pensando na vacinação ao longo de toda a vida e não concentrando os esforços apenas nas crianças.

Também temos de trabalhar no idadismo, porque as pessoas mais velhas são colocadas muitas vezes numa zona de menor importância. Elas próprias o fazem, consideram que já não são tão significativas.

Na prática, o que falta fazer?

Falta orientar os serviços para comunicar isto melhor. Falta ter uma estratégia de comunicação melhor, falta ter um PNV que, em vez de apenas falar da vacinação do tétano para as idades mais avançadas, coloque a vacinação ao longo da vida no seu cronograma vacinal. E que deixe de haver normas específicas para isto, mas que sejam todas integradas no PNV.

Ano novo, escola nova?

É tempo de os pais estudarem bem a lição

Antes do primeiro dia de aulas, é fundamental ir conhecer a nova escola com as crianças. Saber de antemão quem serão os professores também pode ter um efeito tranquilizante

Inês Duarte de Freitas Texto
Gabriela Pedro Ilustração

O regresso às aulas chega, por vezes, acompanhado de ansiedade. Algumas crianças transitam da creche para o jardim-de-infância, enquanto outras começam no primeiro ciclo numa nova escola ou entram no 5.º ano para uma fase mais confusa. Anos depois, a chegada ao secundário vem com o peso do futuro. Os pais inquietam-se por não saberem como ajudar nesta transição. Independentemente da idade dos miúdos, o foco deve estar na comunicação ainda antes do primeiro dia de aulas, aconselham duas psicólogas ao PÚBLICO.

Pré-escolar

Quando os bebés vão para a creche é habitual que, nos primeiros dias, se faça uma adaptação de horários, aumentando progressivamente o tempo que a criança fica na instituição. Essa ideia de uma transição suave entre a família e o ambiente escolar também é aconselhável na fase do jardim-de-infância, a que a maioria das crianças chega entre os três e os quatro anos. "É importante que a família se articule com as educadoras. Pode ser boa ideia, tendo em conta a rotina das crianças, começar a ir só durante a manhã, por exemplo, antes de passar o dia inteiro", propõe Joana Cadima, psicóloga e investigadora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

"Nem todas das crianças reagem da mesma forma, mas mudar da creche para um jardim-de-infância é um momento particularmente ansiogénico", reconhece, por sua vez, a psicóloga Sara Figueiredo, especialista em crianças em idade pré-escolar no centro Partners In Neuroscience (PIN). Apesar de essa ansiedade ser natural, a especialista lembra que há uma medida crucial para a diminuir. "É importante que a criança conheça a escola antes do primeiro dia de aulas. Se houver um recreio, mostrar-lhes e ir lembrando que a escola tem coisas divertidas", destaca.

Nesta visita prévia, conhecer quem será o educador de infância é boa ideia para reduzir o medo do desconhecido. "No jardim-de-infância, há uma série de pessoas que são bons elos de ligação entre a escola e a família e não há que descurar a importância que têm nesta passagem", declara Joana Cadima, que também sugere que os pais tentem saber se outras crianças transitam da mesma creche. Sara Figueiredo concorda: "Mesmo que não sejam crianças preferenciais, saber que o João ou a Maria estarão na mesma sala transmite segurança."

Depois desta visita, e antes de as aulas começarem, é hora de começar a introduzir o tema nas conversas com os pequenos. "Ir falando do tema, mas não de forma demasiado obsessiva. Falar das coisas boas que a escola tem, lembrando que em casa continua tudo igual. Explicar a rotina: os pais vão levar à escola e depois vão buscar. Tudo isto pode ser tranquilizante", elenca a psicóloga especialista em primeira infância.

Se a criança mostrar receio, os pais devem naturalizar esses sentimentos, reconhecendo que é normal que tenha saudades, mas que, nesses momentos, poderá contar com o educador. Se a escola permitir, Sara Figueiredo propõe ainda que se leve um objecto de transição, que poderá ser um brinquedo de que as crianças gostem muito e que lhes trará o conforto de casa. "Nos primeiros dias é ideal ter alguma flexibilidade para dar apoio", diz Sara Figueiredo, aconselhando os pais a reservarem alguns dias de férias.

Mesmo preparada a transição, espera-se que nos primeiros dias de aulas o momento da despedida seja

12

O próximo ano lectivo vai iniciar-se entre 12 e 16 de Setembro na generalidade das escolas





difícil tanto para miúdos, como para graúdos. Joana Cadima pede alguma firmeza (e coragem) nesse momento, não prolongando demasiado a despedida, mas sem enganar as crianças. “É importante que haja essa firmeza de lhes dizer que vão trabalhar, mas voltam ao final do dia. Explicar isso, não demorar e ir embora, sem sair às escondidas”, aconselha.

“Na maioria das vezes, o adulto que está na escola consegue acalmar a criança e dar conforto”, lembra, pedindo aos educadores que tenham flexibilidade para dar mais mimo nesta fase inicial.

1.º ciclo

À semelhança do jardim-de-infância, a entrada para o 1.º ano frequentemente coincide com uma transição de escola, mas não só. “A mudança não é só ao nível do professor, mas na introdução de um método pedagógico que diminui o tempo lúdico para aumentar o tempo pedagógico”, lembra a psicóloga Sofia Ramalho, que também refere a consequente alteração na rotina das famílias, que passam a ter de se organizar para ir buscar mais cedo os meninos à escola ou inscrevê-los num ATL.

Como tal, “o primeiro dia de aulas não pode ser preparado nas vésperas, mas sim com mais tempo”, pede a vice-presidente da Ordem dos Psicólogos Portugueses, que aconselha não só a visita à escola de antemão, como também a apresentação ao principal professor. Idealmente, defende, as escolas deviam proporcionar esta transição com programas de acolhimento, que servem para “facilitar a empatia e o estabelecimento da relação pedagógica, que é importante para o sucesso educativo”, transmitindo segurança igualmente aos pais — frequentemente mais ansiosos do que os filhos.

A investigadora Joana Cadima ainda propõe uma preparação anterior durante o último ano do jardim-de-infância, em que os educadores vão ajudando a apalpar terreno, com a possibilidade de levarem as crianças a assistir a uma aula do futuro professor. “Tudo o que possa facilitar essa ligação, melhor. Há escolas que fazem o dia aberto e permitem às famílias acompanharem as crianças”, observa, lembrando que, todavia, o choque pedagógico não deverá ser tão grande quanto se possa pensar. “Há uma maior continuidade de práticas. Sabemos que a aprendizagem da escrita e da leitura já são essenciais no pré-escolar e temos educadores com níveis elevados de qualificação.”

Ainda assim, é no 1.º ciclo que se devem começar a cultivar os primeiros hábitos de estudo com o apoio dos pais, nomeadamente nos trabalhos de casa. “Devemos adaptar a rotina e o espaço de casa. Deve ser criado um pequeno espaço de estudo com uma secretária escolhida em conjunto. Podem acrescentar-se alguns elementos de decoração de que a criança goste. Envolvê-los nos processos de transição é um dos elementos de sucesso”, defende ainda Sara Figueiredo.

Naturalmente, algumas crianças podem ter dificuldades de adaptação, sobretudo aquelas que estão a viver outras mudanças no seio familiar, como o divórcio dos pais ou o nascimento de um irmão, diz Sofia Ramalho. “Quando as reacções são exageradas e persistem no tempo, é importante falar com a escola e pedir apoio”, aconselha.

2.º e 3.º ciclos

Se no 1.º ciclo pode ser fácil saber qual será o professor principal, a entrada no 2.º ciclo torna mais difícil essa tarefa e a mudança pode ser assustadora para os pequenos, que têm de se adaptar a um novo currículo. “A passagem para o 5.º ano já deve contemplar alguma possibilidade de os alunos regularem o estudo e estarem mais autónomos”, opina Sofia Ramalho, que, uma vez mais, coloca a tónica na preparação. Mais: as próprias escolas devem ser parte desta integração, ajudando a organizar o tempo de estudo.



As escolas devem investir em processos de socialização entre os jovens, para facilitar a integração e o sucesso escolar

Sofia Ramalho
Psicóloga

Aos pais, cabe ajudar os pequenos a navegar nesta mudança de rotina com uma explicação prévia sobre as disciplinas que terão e em que consistem, além da habitual visita prévia à escola. Semanas antes, levar os miúdos às compras do material escolar também os entusiasma para o regresso às aulas, bem como saberem que alguns dos amigos transitam para a mesma instituição.

“É importante que os pais estejam atentos aos hábitos de estudo, saberem o que a criança tem de fazer, onde é que anotou os trabalhos de casa, onde é que tem os livros e como vai organizar o dia seguinte”, aconselha Joana Cadima, acrescentando que os grupos de WhatsApp de pais podem ser uma boa ajuda nesta fase, com conta, peso e medida, claro.

Quando a mudança de escola ocorre no 3.º ciclo pode ser emocionalmente mais difícil de gerir, uma vez que coincide com o início da adolescência –, de acordo com a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, é nesta altura que aumentam as taxas de insucesso e abandono escolar. “É uma fase em que a parte social está acima da académica e devemos promover a interacção com outras crianças, simultaneamente acolhendo o que estão a sentir”, afiança Sara Figueiredo. “É normal que cheguem a casa mais irritáveis, mas, quando esta irritação se prolonga e se se isolarem, é sinal de que algo não está bem.”

Nesta fase, defende Sofia Ramalho, as escolas devem elas próprias “investir em processos de socialização entre os jovens, para facilitar a integração e o sucesso escolar”, seja com espaços de recreio favoráveis ao encontro de colegas no intervalo, seja com projectos e trabalhos em grupo que fomentem a socialização.

As actividades extracurriculares podem ser boas aliadas nesta fase, já que promovem encontros entre adolescentes com os mesmos interesses, facilitando o desenvolvimento de novas amizades. Além disso, os pais devem tentar auxiliar o contacto com amigos da escola anterior, sempre que a distância o permita.

Secundário

Também a preparação da ida para o secundário deve começar muito antes, defendem as especialistas. Sofia Ramalho recua até ao primeiro ciclo, “com a aproximação às profissões”, que permite um primeiro desenvolvimento vocacional, continuado depois ao longo do percurso escolar com visitas de estudo ou iniciativas que promovam a proximidade da vida profissional. “O psicólogo da escola tem um papel importante no apoio à tomada de decisão e ajuda o aluno a desenvolver capacidade crítica”, assevera.

Essa preparação vai facilitar o início de secundário, em que os jovens se sentem frequentemente ansiosos quanto ao futuro. “Sentimos que os adolescentes estão muito confusos, com pouca definição do que pretendem ser, porque há uma grande variedade de escolhas”, reconhece Sara Figueiredo, que pede aos pais que ajudem a tirar peso da decisão, falando abertamente sobre as possibilidades, mas sem imporem os seus próprios gostos. “É importante não transpor os nossos desejos para os nossos filhos.”

Até porque nenhuma decisão nesta fase é vinculativa, acrescenta Sofia Ramalho. “O sistema tende a ser mais flexível para permitir que as diferentes áreas dêem acesso a vários cursos. A mensagem deve ser de que os percursos podem ser irregulares.” E pede às escolas para que se foquem “mais nos processos de aprendizagem do que nos resultados”, apontando: “Os professores estão focados nas médias e mais centrados nos resultados e no cumprimento dos currículos. Isso também não traz segurança para o desenvolvimento.”

É preciso confiar que os filhos tomam a decisão que é certa para eles, sem que os pais se intrometam em demasia, mas também sem que se desliguem do processo. “Por isso, a comunicação é importante para que os filhos façam boas escolhas, numa articulação entre a escola e a família”, termina a psicóloga.

Gisèle foi sedada e violada durante dez anos sem saber. Agora quer que tudo se saiba



Vítima de submissão química pelo marido, que contratou quase uma centena de homens para a violar, esta francesa de 71 anos quis as portas abertas no julgamento para servir de alerta

Leonete Botelho

Gisèle e Dominique Pelicot eram um velho casal que vivia na pequena comuna de Mazan, perto de Avignon (Sul de França), para onde se tinham mudado depois de entrarem na reforma. Podia dizer-se que foram felizes durante cinco décadas, ou, pelo menos, nisso acreditou Gisèle até ao dia 2 de Novembro de 2020, quando foi chamada à polícia e confrontada com provas de uma realidade que não podia imaginar. Começou aí a "descida aos infernos", como retratou a filha de ambos, também fotografada nua pelo pai.

Durante uma década, Gisèle tinha sido sistematicamente drogada com fortes sedativos pelo marido, para depois ser violada por ele e por outros homens que contratava num *site* sobre sexo não-autorizado.

E foram pelo menos estes 50 que agora estão sentados em gaiolas de vidro no tribunal de Avignon, a responder pelos seus crimes num julgamento que começou na segunda-feira.

Nenhuma suspeita havia sobre aquele marido, pai, avô normal até ao dia em que foi apanhado numa mercearia a tentar filmar por baixo das saias das mulheres. Durante a investigação, a polícia encontrou uma *pen* com uma pasta intitulada "abusos" que continha 20 mil ficheiros, imagens e vídeos, da mulher a ser violada por dezenas de homens.

Os investigadores contaram cerca de 200 casos de violação, a maior parte dos quais cometidos por Dominique Pelicot e mais de 90 por desconhecidos. Elaboraram uma lista de 72 suspeitos, para além do marido, e até à data conseguiram identificar 50, entre soldados, bombeiros, motoristas de pesados, um perito em informática, com idades compreendidas entre os 26 e os 74 anos.

"Por que razão não foram à esquadra? Até mesmo um telefonema anónimo poderia salvar a minha vida. Nem um... Nem um...", lamentou Gisèle no seu depoimento em tribunal, na quinta-feira. Atrás de uns óculos escuros mas de olhos secos e voz firme, a septuagenária (72 anos em Dezembro, fez questão de dizer) pediu aos 50 homens que a contaminaram com doenças sexualmente transmissíveis e a trataram "como uma boneca de trapos" que "reconheçam a responsabilidade pelos seus actos". Apenas 15 o fizeram até agora, os outros 35 negam ter tido intenção de a violar, refugiando-se na "armadilha" do marido.

"Altar do vício"

Durante quase hora e meia, Gisèle contou a sua história em tribunal: de como se apaixonara "freneticamente" por Dominique aos 19 anos, do casamento feliz durante 50 anos, e depois do *"tsunami"* que viveu naquele Outono de 2020 e da "corrida de obstáculos" em que a sua vida se transformou, a de uma mulher que "perdeu tudo" e tem de começar "completamente do zero".

"A fachada é sólida, mas por dentro sou um campo de ruínas. Que mulher poderia suportar isto?" Mas ela, que se retrata como "uma pugilista que cai e se levanta sempre", mostrou tal coragem e dignidade perante os homens que abusaram dela e que nunca conheceu, que sensibilizou quem assistia ao seu depoimento, e que a filha e as noras tanto enalteceram no dia seguinte, quando testemunharam.

Os pensamentos suicidas, que teve, foram rapidamente ultrapassados, mas Gisèle Pélicot terá de manter acompanhamento psicológico para o resto da sua vida. Além disso, as primeiras análises realizadas em 2020 revelaram que ela sofria de quatro doenças sexualmente transmissíveis e que foi exposta ao HIV seis vezes. "Fui sacrificada no altar do vício", denuncia.

Em Maio passado, após ter visto as fotografias do arquivo do marido, Gisèle decidiu que o julgamento seria público, e não à porta fechada, como era seu direito. "Não é para anunciar, mas para denunciar os perigos da submissão química", disse. "Para mim, o estrago está feito."

"Faço-o em nome de todas estas mulheres que talvez nunca venham a ser reconhecidas como vítimas. Assim, quando outras mulheres acordarem sem memória, poderão lembrar-se do testemunho da Sra. Pelicot", disse. Os frequentes "apagões" de memória que teve nos últimos anos, que a fizeram pensar estar com Alzheimer, eram, afinal, efeitos dos *cocktails* químicos que o marido lhe dava. E os problemas ginecológicos que tinha estão agora explicados.

O caso tem agitado as redes sociais, e até já foram criadas campanhas de *crowdfunding* para recolher verbas para ajudar, mas Gisèle e a família, através dos seus advogados, apelaram à "máxima contenção nas redes sociais" e ao encerramento dessas campanhas, porque não as desejam.

Apenas quiseram a publicidade do caso para que casos destes possam ser sinalizados e para que a vergonha recaia sobre os criminosos, e não sobre as vítimas.

A filha, as noras... e as netas?

A decisão de divulgar o caso como grito de alerta já tinha sido tomada em família. Em 2022, a filha do casal, Caroline Darian (nome fictício), publicou o livro *Et j'ai cessé de t'appeler papa* (*E deixei de te chamar pai*) sobre o efeito que a descoberta dos crimes teve na família. Por essa altura criou a associação #M'dorsPas, que a mãe elogia e agradece.

Gisèle nunca esqueceu o momento em que teve de contar à filha as violações de que tinha sido vítima: "Ouço um animal a uivar. Esse grito ficará gravado na minha memória."

Caroline lembra-se da hora: "Precisamente às 20h25, a minha vida literalmente ficou de pernas para o ar", contou na sexta-feira em tribunal, visivelmente emocionada. "Foi aquilo a que se chama um ponto de viragem, o início de uma lenta descida ao inferno onde não fazemos ideia de quão baixo nos vamos afundar", disse, desfazendo-se em lágrimas.

E havia mesmo mais: fotografias dela própria nua, deitada de lado numa cama, aparentemente a dormir, ou sedada pelo pai, como acredita ter sido, encontradas numa


MANON CRUZ/REUTERS





GUILLAUME HORCAJUELO/EPA

"Por que razão não foram à esquadra? Até mesmo um telefonema anónimo poderia salvar a minha vida. Nem um...", lamentou a vítima em tribunal

pasta intitulada *À volta da minha filha, nua*. "Como é que uma pessoa se reconstrói das cinzas, quando o seu pai é um dos maiores predadores sexuais dos últimos anos?", lamentou em tribunal, de onde saiu em lágrimas. Na sua gaiola de vidro de réu, o pai também chorou.

Dominique Pélicot confessou todos os crimes em relação à mulher, mas rejeitou os que envolvem a filha e as noras, Céline e Aurore, que também foram fotografadas nuas, embora em circunstâncias diferentes, provavelmente com câmaras ocultas na casa de banho.

Todas expressaram em tribunal o sentimento de humilhação e a corrosão familiar, mas todas partilharam a mesma convicção de que é preciso "mover os limites" da sociedade e alertar para os perigos da submissão química, mas não só: "É um caso de submissão química, mas, por trás disso, há todas essas questões de consentimento, de relações homem-mulher", disse Aurore.

A braços com a sua própria história, por já ter sido vítima de abusos por parte do seu avô, Aurore lamentou não ter dado importância quando, há anos, tinha ouvido Dominique falar em brincar aos médicos com uma sobrinha.

Celine, a outra nora, confiava no "avô atencioso" e foram muitas as vezes que deixou as suas filhas na casa dos horrores.

Agora pergunta-se muitas vezes se as próprias filhas não teriam sido vítimas ou testemunhas de abusos. Mas a única coisa que relatou em tribunal foi a memória de uma das meninas sobre a avó a dormir um dia inteiro, impossível de acordar, só despertando às 17h.

O julgamento continua até Dezembro e o advogado de Dominique já disse que este espera ter oportunidade de se explicar durante o seu depoimento. Ou de pedir desculpa, a única dignidade que lhe resta na ausência de humanidade desta história.

Gisèle pediu aos homens que a contaminaram com doenças e a trataram "como uma boneca de trapos" que "reconheçam a responsabilidade pelos seus actos"

Helicópteros oferecidos em 2022 por Portugal enviados para a Ucrânia

António Saraiva Lima

Ministério da Defesa Nacional confirma último transporte dos Kamov dois anos depois do anúncio da sua cedência a Kiev

O Ministério da Defesa anunciou ontem, num comunicado, que o último transporte dos seis helicópteros Kamov oferecidos por Portugal à Ucrânia seguiu, na véspera, para o país invadido pela Federação Russa desde Fevereiro de 2022.

"Após um longo período de incerteza e de negociações, o actual Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, em articulação com o Ministério da Administração Interna, coordenou o transporte dos helicópteros com as autoridades ucranianas, em particular com a Embaixada da Ucrânia em Lisboa e com o Ministério da Defesa ucraniano", lê-se no comunicado. "Saiu ontem [sexta-feira] das instalações da extinta EMA, em Ponte de Sor, o último camião com material Kamov com destino à Ucrânia", informa ainda aquele ministério, que também diz que as seis aeronaves seguiram no "estado de conservação em que se encontram".

Em Outubro de 2022, a então ministra da Defesa, Helena Carreiras, anunciou que Portugal iria enviar para a Ucrânia os seis helicópteros russos de combate a incêndios que estavam sem licença para operar em Portugal, um dos quais inoperacional por ter sofrido um acidente. Na altura, a ministra sublinhou que os ucranianos conheciam "as condições em que se encontra o material", mas que, uma vez que dispõem de "uma cadeia logística de helicópteros semelhantes", iriam "dar-lhes seguramente muito bom uso".

Em Novembro do ano passado, porém, mais de um ano depois do anúncio da cedência dos Kamov à Ucrânia, os helicópteros ainda estavam em Portugal, com o anterior Governo, de António Costa, a referir que aguardava da "contraparte ucraniana indicação sobre os próximos passos a adoptar".

A guerra na Ucrânia já provocou dezenas de milhares de mortos de ambos os lados, e os últimos meses foram marcados por ataques aéreos em grande escala da Rússia contra cidades e infra-estruturas ucranianas, ao passo que as Forças Armadas ucranianas têm visado alvos em território russo próximos da fronteira.

Com Volodymyr Zelensky presente no Fórum Ambrossetti, no Norte de Itália – um evento que junta personalidades políticas e económicas mundiais, onde se reuniu com Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana, e com Geert Wilders, líder do partido de direita radical Partido para a Liberdade, que faz parte do Governo dos Países Baixos –, dois principais aliados da Ucrânia deram-lhe ontem um forte sinal de apoio.

Num artigo de opinião inédito, publicado pelo *Financial Times*, William Burns, director da CIA, e Richard Moore, chefe dos serviços secretos do Reino Unido (SIS), defenderam a importância da estratégia em curso na Ucrânia para a "resistência" ao invasor russo.

"A CIA e o SIS estão unidos na resistência a uma Rússia assertiva e à guerra de agressão de Putin na Ucrânia", afiançaram os chefes dos serviços dos EUA e do Reino Unido, explicando que a "desclassificação" de alguns dos seus "segredos" foi fundamental para "avisar a comunidade internacional" sobre os planos de Moscovo para invadir o país vizinho, em 2022, "e para que todos nos pudéssemos mobilizar em defesa da Ucrânia".

"Manter o curso [na Ucrânia] é mais vital do que nunca", dizem Burns e Moore. "Putin não conseguirá extinguir a soberania e a independência da Ucrânia. As acções da Rússia são uma violação flagrante da Carta das Nações Unidas e das regras mundiais."

"Continuaremos a ajudar os nossos corajosos e resolutos parceiros dos serviços secretos ucranianos. Orgulhamo-nos de o fazer e admiramo-nos com a resiliência, com a inovação e com o espírito de iniciativa da Ucrânia", acrescentam. **Lusa**



Preparativos para o envio dos helicópteros para a Ucrânia

Mundo

“Vida e luz” morreu com um tiro na cabeça. ONU pede inquérito

Leonete Botelho

Jovem turco-americana foi morta pelo Exército israelita durante um protesto contra os colonatos na Cisjordânia

Chamava-se Aysenur, que significa ‘vida e luz’, a jovem de 26 anos turco-americana morta com um tiro na cabeça na sexta-feira na Cisjordânia, durante um protesto semanal contra a expansão dos colonatos judeus na cidade de Beita. A sua morte, porém, está rodeada de sombras. A ONU pede uma “investigação completa” ao ocorrido, mas os EUA só pediram um inquérito a Israel.

Uma testemunha, o activista judeu israelita Jonathan Pollak, que estava presente no protesto, disse à BBC que tinha visto “soldados no telhado a fazer pontaria” em direcção aos manifestantes, e depois ouviu dois tiros separados, “com uma distância de um ou dois segundos entre eles”. Pollack correu em direcção aos gritos e viu a jovem Aysenur Ezgi Eygi “deitada no chão debaixo de uma oliveira, a esvair-se em sangue pela cabeça”. “Pus a minha mão atrás das costas dela para tentar estancar a hemorragia. Olhei para cima, havia uma linha de visão clara entre os soldados e o sítio onde estávamos. Apanhei-lhe o pulso e estava muito, muito fraco”.

Aysenur acabaria por morrer no hospital. Era a primeira vez que participava num protesto com o Movimento Internacional de Solidariedade, um grupo pró-palestiniano. Tinha decidido ir para a Cisjordânia logo após terminar os estudos na universidade, para lutar pelos direitos humanos num terreno onde mais são fustigados.

As Forças de Defesa de Israel (IDF) afirmaram, em comunicado, ter respondido “com fogo contra um dos principais instigadores de actividades violentas que atirou pedras às forças e constituía uma ameaça”. Pollack afirma que não houve qualquer arremesso de pedras onde ela estava.

A investigação prometida pelas IDF parece ser suficiente para os EUA. Segundo a BBC, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, declarou que Washington estava “profundamente perturbado com a trágica morte de uma cidadã americana”. “Contactámos o Governo de Israel para pedir mais informações e solicitar uma investigação sobre o incidente”, disse Savett.

Mas para os familiares de Aysenur, uma investigação israelita “não é adequada”, já que, dizem num comunicado, há um vídeo que mostrava que ela foi morta por uma bala de um atirador militar israelita.

Aysenur numa fotografia partilhada por um amigo

SAIF SHARABATI/ANADOLU VIA GETTY IMAGES



Tal como a família, também as Nações Unidas apelaram a uma “investigação completa” sobre o assassinato. “Queremos ver uma investigação completa das circunstâncias e que as pessoas sejam responsabilizadas”, disse Stéphane Dujarric, porta-voz do secretário-geral da ONU, António Guterres. Os civis, acrescentou, “devem ser protegidos em todas as circunstâncias”.

Aysenur era, segundo a família, uma activista “ferozmente apaixonada” pelos direitos humanos”. “Tal como a oliveira debaixo da qual deu os seus últimos suspiros, Aysenur era forte, bonita e nutritiva. A sua presença nas nossas vidas foi retirada de forma desnecessária, ilegal e violenta pelos militares israelitas”, declarou a família. Era “gentil, corajosa, tola, solidária e um raio de sol” e “viveu uma vida de cuidados com os necessitados”, acrescenta.

A jovem nasceu em Antalya, na Turquia. Licenciou-se há três meses na Universidade de Washington, em Seattle, onde estudou Psicologia e Línguas e Culturas do Médio Oriente. No seu último ano, participou nas manifestações pró-Palestina no *campus* e dedicou muito tempo “a investigar e a falar com os palestinianos e a falar sobre o seu trauma histórico”, contou uma colega ao *The Guardian*. “Ela estava incrivelmente bem informada sobre como era a vida na Cisjordânia. Não era uma viajante ingénua. Esta experiência foi o culminar de todos os seus anos de activismo”.

Antigo vice-presidente republicano dos EUA Dick Cheney vai votar em Kamala Harris

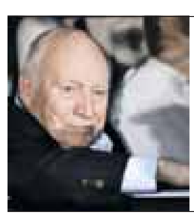
Dick Cheney, antigo vice-presidente republicano dos Estados Unidos, anunciou na sexta-feira à noite que vai votar na candidata democrata, Kamala Harris, na eleição presidencial norte-americana, agendada para Novembro. Através de um comunicado, o antigo número dois do Presidente George W. Bush lançou duras críticas ao candidato do Partido Republicano, o ex-Presidente Donald Trump, explicando que, “enquanto cidadão”, tem “o dever de pôr o país acima da filiação partidária para defender a Constituição”.

“Nos 248 anos da História da nossa nação, nunca houve um indivíduo que tenha sido uma ameaça tão grande para a nossa república como Donald Trump. Ele tentou roubar a última eleição, recorrendo a mentiras e a violência para se manter no poder depois de os eleitores o terem rejeitado. Nunca mais poderemos voltar a confiar-lhe o poder”, defendeu Cheney, que apoiou Trump em 2016.

O antigo vice-presidente refere-se à narrativa promovida por Trump e pelos seus aliados de que a vitória de Joe Biden na eleição de 2020 foi “fraudulenta”, uma acusação rejeitada por dezenas de tribunais, mas que culminou com a invasão do Capitólio pelos seus apoiantes, em 2021, depois de o ex-Presidente, mais tarde acusado de subversão eleitoral, se ter oposto à certificação dos resultados.

O “apoio” de Dick Cheney a Harris surge um dia depois de a sua filha, Liz Cheney, antiga congressista republicana, que votou a favor do segundo processo de impugnação de Trump na Câmara dos Representantes, em 2021, também ter revelado que vai votar na actual vice-presidente dos EUA para travar o “perigo” de uma nova Administração Trump.

A lista de figuras de topo do Partido Republicano que anunciaram que vão votar em Kamala Harris, candidata do Partido Democrata depois da desistência do Presidente Biden, já tem cerca de 250 nomes, que incluem vários antigos funcionários dos governos de Trump, de George Bush e de George W. Bush.



Cheney diz que Trump é a maior “ameaça” à república norte-americana “em 248 anos de História” dos EUA

Com 83 anos, Cheney é uma figura histórica do Partido Republicano, tendo sido protagonista de alguns dos momentos mais conturbados da Administração Bush, nomeadamente as invasões do Afeganistão e do Iraque. Para além de ter sido vice-presidente, entre 2001 e 2009, foi secretário da Defesa na Administração de George Bush (pai), entre 1989 e 1993, e chefe de gabinete do antigo Presidente Gerald Ford, entre 1975 e 1977.

Embaixada da Argentina na Venezuela cercada

Leonete Botelho

Seis dirigentes da campanha da oposição liderada por Maria Corina Machado estão refugiados no interior das instalações

Um grupo de homens armados e encapuzados pertencentes às forças de segurança venezuelanas cercou na sexta-feira à noite a residência da Embaixada da Argentina em Caracas, onde se encontram refugiados seis dirigentes do Comando Com Venezuela, oposição a Nicolás Maduro.

A Embaixada da Argentina encontrava-se sob tutela diplomática do Brasil desde 1 de Agosto, quando as autoridades venezuelanas expulsaram o embaixador de Buenos Aires e de outros seis países latino-americanos. De acordo com a CNN Brasil, o Governo de Maduro cancelou ontem a autorização para que a Embaixada da Argentina em Caracas mantenha a custódia do Brasil.

No entanto, o Brasil continua a assegurar a representação dos interesses da Argentina, segundo uma informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros citada por um dos refugiados na embaixada e dirigente do Comando com Venezuela Pedro Urruchurtu. “Se a Venezuela quer revogar a sua autorização, tem de esperar que se defina um país substituto. Entretanto, continuamos a assumir essa responsabilidade”, diz o comunicado do ministério.

O receio agora é que esta revogação de Caracas sirva para entrar na embaixada e deter os refugiados que estão sob custódia do Brasil. “Estamos consternados com o que está a acontecer, a possível incursão e tomada da embaixada argentina, que neste momento está sob a bandeira do Brasil. (...). Este é um apelo a toda a comunidade internacional, a todos os venezuelanos, para resistirem a esta brutalidade do regime absolutamente autoritário e ditatorial de Maduro”, disse a ministra da Segurança da Argentina, Patricia Bullrich.

Na sexta-feira, o Governo da Argentina emitiu um comunicado solicitando ao Tribunal Penal Internacional uma “ordem de prisão contra Maduro e outros líderes do regime venezuelano”. O mesmo fizeram três dezenas de ex-presidentes da América Latina e de Espanha, que apresentaram uma carta na Haia na qual pediam emissão de mandados de prisão contra Maduro e Diosdado Cabello, ministro do Interior e da Justiça.

Macron: de Júpiter a bode expiatório

Comentário



Jorge Almeida Fernandes



YOAN VALAT/EPA

Por baixo da aparatosa conflitualidade da política francesa há uma realidade oculta e de carácter estrutural. "A França funciona como se a democracia não tivesse sido instaurada", observou, na véspera das eleições, o escritor suíço François Chérix. "Privilegia as posturas conflituais, designando a revolta como única solução. Estabelece um duelo permanente entre o poder, seja qual for a sua forma, e os cidadãos, por mais extensos que sejam os seus direitos."

Precisa o nosso autor: "Pelo seu carácter jacobino, a V República continua a manter esta dramaturgia. Prologa o fresco histórico ao organizar uma paisagem política em que todos os acontecimentos parecem ligados à eleição presidencial e, depois, à acção do chefe de Estado." Este está condenado a um duelo fictício com a sociedade que o elegeu. Hoje, agravando o factor estrutural, a conjuntura populista reforça o pensamento binário."

Na campanha presidencial de 2012, contra Nicolas Sarkozy, o socialista François Hollande apresentou-se como um "homem normal" e fez uma presidência "mole". Em contraponto, Emmanuel Macron prometeu uma "presidência jupiteriana".

Escreve no *Monde* o politólogo Pascal Perrineau: "O deus dos deuses tem como atributos a águia e o raio, objecto de dardos inflamados em forma de relâmpago. (...) No fundo, o Presidente jupiteriano apercebe-se de que pode cada vez menos desferir o raio e, compensação, ser mais susceptível de o receber. Os tempos políticos tornam-se cada vez mais tempestuosos."

E conclui: "O pedido da demissão de Macron, em que os raios se viram contra a figura simbólica de um chefe de Estado, é um sintoma da radicalidade que se apodera dos meios sociais, políticos e culturais em cólera, atribuindo-lhe a origem de todos os males. Pela sua forte exposição, pela polarização própria de um sistema hiperpresidencial, Macron reactivou a lógica do 'bode expiatório', sempre presente num sistema político tão personalizado e centralizado como a V República."

Desde a crise dos "coletes amarelos", ainda no primeiro mandato, Macron começou a cristalizar todos os rancores da sociedade francesa. Tudo, as reformas ou a falta delas, é de sua culpa. Retomando Chérix: "A França encontra-se prisioneira de esquemas de pensamento entre duas verdades simplistas e guerreiras que se afrontam. (...) Tanto a Nova Frente Popular como a União Nacional [de Le Pen] agitam propostas desligadas da real. Hoje, quase metade da França parece dançar sobre estas ilusões trágicas."

Em terra incógnita

A designação do novo primeiro-ministro, Michel Barnier, não encerrou a crise política. Longe disso. Se o centro de gravidade passar do Eliseu para a Assembleia Nacional, a política francesa entra em terra incógnita.

A primeira razão é conhecida: a Nova Frente Popular (NFP), hegemonizada pela França Insubmissa (LFI) de Jean-Luc Mélenchon, prepara-se para censurar o Governo e provocar sucessivas crises políticas para forçar Macron a demitir-se. A segunda é absolutamente inédita: a sobrevivência do Governo Barnier depende da "boa vontade" de Marine Le Pen e do seu partido.

Depois de ter falhado a tentativa de separar o Partido Socialista da NFP, Macron vê o novo Governo dependente da Le Pen. A extrema-direita tem uma possibilidade de recuperar "respeitabilidade" depois do fracasso na segunda volta das legislativas. Parece óbvio que Barnier foi escolhido por, ao contrário de Bernard Cazeneuve ou Xavier Bertrand, ser o nome que menos objecções mereceria a Le Pen. Por quanto tempo?

O novo sistema não é uma coabitação, caso em que o Presidente entrega o poder ao chefe da oposição, nem uma coligação livremente negociada entre partidos. É um ambíguo e instável modelo. O mais curioso é que tanto Mélenchon como Le Pen organizam as suas agendas políticas em função da presidencial de 2027. O futuro executivo estará sempre suspenso de uma convergência entre os dois extremos da cena política.

A consequência mais relevante das últimas semanas será o fim da "frente republicana", que derrotou a extrema-direita. Não deu lugar a uma alternativa de governo. E, para gáudio de Marine Le Pen, será quase impossível repeti-la. Por fim, é improvável que o PS venha a emancipar-se da tutela da LFI. Apenas a adopção de um sistema eleitoral proporcional modificará a atitude dos socialistas.

Uma nova relação de forças?

O politólogo Brice Teinturier, director do instituto de sondagens Ipsos, chama a atenção para dois fenómenos encadeados: aumentou a rejeição da França Insubmissa, enquanto a extrema-direita resiste.

> **A designação de Barnier não encerrou a crise política. Se o centro de gravidade passar do Eliseu para o Parlamento, a política francesa entra em terra incógnita**

Com base inquérito do Ipsos, o centro de investigações políticas de Sciences Po, o Instituto Montaigne e a Fundação Jean Jaurès, indica que 69% dos inquiridos estimam que a LFI é "uma ameaça para a democracia". Esta tendência é mais baixa entre os jovens (51%) e apenas os franceses muçulmanos têm uma visão positiva do partido de Mélenchon (64%). Este continua, porém, a ter uma base de apoio importante.

As taxas de rejeição da extrema-direita estão altas, mas não subiram com as eleições. A ameaça permanece intacta. O politólogo Luc Rouban, de Sciences Po, frisa o êxito da "frente republicana", que permitiu a "vitória da esquerda numa França de direita".

Mas o resultado da segunda volta deve apenas ser interpretado como a recusa de ver chegar Jordan Bardella a primeiro-ministro. "Se olharmos os resultados não em termos de deputados, mas de votos, a UN chega à cabeça em todas as profissões e a direita supera a esquerda."

Jornalista

MIGUEL MANSO



Autoeuropa está fora do actual plano de cortes da Volkswagen

Reestruturação cinge-se à Alemanha neste momento. Comissão de trabalhadores da fábrica portuguesa diz que grupo está a investir para se adaptar aos carros eléctricos

Pedro Crisóstomo

O plano de reestruturação que a Volkswagen (VW) se prepara para negociar com os trabalhadores só prevê medidas de redução de custos na Alemanha, deixando de fora, neste momento, todas as unidades de produção do grupo noutros países. A fábrica da Autoeuropa, em Palmela, não está incluída no pacote de redimensionamento anunciado na última semana.

Questionada sobre se o plano prevê medidas específicas de redução de custos e de pessoal em Portugal, a casa-mãe da VW remeteu explicações para o comunicado que emitiu esta semana, um documento que apenas faz referência às mudanças na própria Alemanha, com o encerramento de fábricas de produção de veículos e componentes. Além de a empresa só ter anunciado medidas para a Volkswagen AG no país-sede do grupo, a comissão de trabalhadores da Autoeuropa (CT) diz ter informação de que a reestruturação diz apenas respeito à actividade na Alemanha.

Em Palmela, onde está localizada a fábrica portuguesa do grupo, o coordenador da CT da Autoeuropa, Rogério Nogueira, tem estado em contacto com os colegas da comissão de trabalhadores da Alemanha e a informação de que dispõe aponta igualmente nesse sentido, de que a reestruturação "tem que ver só com a Alemanha". Admite, contudo, que os colegas do organismo que representa os trabalhadores na unidade alemã ainda não sabem oficialmente "quantas fábricas e quais" poderão ser visadas.

Relativamente a fábricas "fora da Alemanha", não há qualquer sinal de que serão visadas, afirma o representante dos trabalhadores em Portugal.

Primeiro fecho em 87 anos

Os funcionários da Autoeuropa poderão falar do assunto com o director-geral da Autoeuropa, porque estão agendadas reuniões gerais para as próximas terça e quarta-feira, dias 10 e 11 de Setembro, encontros que, diz Rogério Nogueira, já estavam agendados antes das últimas notícias vindas de Wolfsburg, a sede da VW, sobre a reestruturação da produção na Alemanha.

A CT portuguesa acompanha as últimas informações com "grande preocupação" e com "um espírito de solidariedade para com os colegas" germânicos, pois é a primeira vez que a VW anuncia "a intenção de fechar fábricas na Alemanha em 87 anos de história". As medidas comunicadas são "muito duras e certamente vão ser alvo de resistência por parte quer da CT da Alemanha, quer dos próprios trabalhadores das fábricas", diz Nogueira.

Quando, na semana passada, a VW anunciou uma grande reestruturação que quer concluir num horizonte de um a dois anos, fez saber que os "desafios particularmente significativos" que enfrenta incluem três áreas nucleares da sua actividade: a produção de veículos, a de componentes e a venda de veículos.

Em particular, a Volkswagen Passenger Cars "tem como objectivo contribuir para um impacto sustentável nos lucros de dez mil milhões de euros até 2026", mas os "actuais desenvolvimentos no mercado automóvel e na economia alemã exigem mais acções" relativamente às já programadas. É isso que leva a empresa a admitir agora encerrar fábricas que implicarão despedimentos, o que representa rasgar um acordo de 1994 que protegia os empregos até 2029.

Perante a entrada de novos concorrentes no mercado europeu (em particular dos carros eléctricos chineses vendidos a preços mais baixos), o presidente executivo (CEO, na sigla em inglês) do grupo, Oliver Blume, admite que a indústria automóvel europeia está numa "situação muito exigente" e que "a Alemanha, em particular, enquanto local de produção, está a ficar cada vez mais para trás do ponto de vista da competitividade."

A decisão que a VW agora toma de se reestruturar surge também depois de a empresa protagonizar o escândalo "*dieselgate*" (em 2015), relacionado com a manipulação das emissões de gases em determinados motores a diesel. Além de a descoberta ter colocado em xeque a imagem de fiabilidade da fabricante europeia, o problema levou o Ministério Público alemão a abrir uma investigação que levou à dedução de acusações por crimes de fraude e associação criminosa, ainda em julgamento.

Investimento em Portugal

Em Portugal, a fábrica de Palmela emprega cerca de 4800 trabalhadores (a quase totalidade dos quais está nos quadros da empresa). A empresa opera "nos quatro níveis do processo de produção (prensas, carroçarias, pintura e montagem)" e da linha de montagem "saem cerca de 934 carros por dia, com destino essencialmente ao mercado europeu", refere a Autoeuropa no seu *site*.

Sem mudanças anunciadas, o coordenador da CT sublinha que, neste momento, a empresa está numa fase de investimento para descarbonizar a fábrica e ajustá-la à produção de novos veículos, "inclusive carros eléctricos".

O único modelo em produção é o T-Roc, mas a empresa está já a preparar-se para o fabrico do sucessor (um híbrido), a iniciar no fim de 2025, segundo a CT. A empresa deverá avançar com uma renovação do sistema de pintura, hoje só preparado para modelos de viaturas movidas a combustão, para começar a cobrir o fabrico de eléctricos.

Por causa do trabalho por turnos, as reuniões que o director-geral, Thomas Hegel Gunther, irá ter com os trabalhadores durante a próxima semana duram dois dias (10 e 11) para que o responsável local possa falar para todos os funcionários.

A empresa faz este tipo de reuniões de forma esporádica (de seis em seis meses) e esta de Setembro já estava prevista desde o final de Agosto, explicou Rogério Nogueira. Apesar disso, estando o coração do grupo a receber notícias de uma reestruturação, esse será "certamente" um assunto a abordar, acredita o coordenador da CT.

A CT tem reuniões semanais com a administração e, na última sexta-feira, deveria ter ocorrido mais um desses momentos, mas o encontro foi desmarcado porque o director de recursos humanos, o interlocutor do lado da gestão da empresa, teve de se ausentar para estar na Alemanha.

O cancelamento não está, no entanto, relacionado com o plano de reestruturação, ressalva Rogério Nogueira, sublinhando que este tipo de alterações acontece por vezes, quando surgem impedimentos de agenda de um lado ou do outro.

Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º Piso 4050-318 Porto | Tel. 22 615 10 00 lojaporto@publico.pt De seg a sex das 09H às 18H

CLASSIFICADOS



EDITAL

Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia, TORNA PÚBLICO que, por deliberação tomada pelo Executivo Municipal em Reunião Ordinária realizada em 11 de Julho de 2024, vai proceder à alienação, por **Hasta Pública**, de **Dezassete Lotes** sitos na **Zona Industrial de Amoreira da Gândara**, a realizar no dia **24 de setembro de 2024**, pelas **10 horas**, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, sito no Largo do Município Anadia.

Caracterização dos Lotes

Lote	Valor base de licitação (€)	Área (m2)
15	210 034 €	19 094
16	234 157 €	21 287
17	173 206 €	15 746
18	173 206 €	15 746
19	173 206 €	15 746
20	164 329 €	14 939
21	118 855 €	10 805
22	89 991 €	8 181
23	118 184 €	10 744
24	118 503 €	10 773
25	118 030 €	10 730
26	69 234 €	6 294
27	57 046 €	5 186
28	55 484 €	5 044
29	39 556 €	3 596
30	40 194 €	3 654
31	37 884 €	3 444

Condição Gerais de Alienação – As constantes do Caderno de Encargos para Alienação de Dezassete Lotes da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, que poderá ser consultado através do sítio https://www.cm-anadia.pt/cmanadia/uploads/document/file/10504/ce_zi_amor_gandara.pdf ou na Câmara Municipal de Anadia, no Serviço de Património, no período das 8h30 às 12h30 e das 14h às 16h30, até ao dia anterior ao da realização da praça.

Os concorrentes à hasta pública, para serem admitidos à mesma, deverão cumprir as condições definidas no artigo 4.º do referido Caderno de Encargos.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital que vai ser publicado e afixado nos locais públicos de estilo.

Paços do Município de Anadia, 29 de Julho de 2024.

A Presidente da Câmara, *Maria Teresa Belém Correia Cardoso*, Engª.



EDITAL

Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia, TORNA PÚBLICO que, por deliberação tomada pelo Executivo Municipal em Reunião Ordinária realizada em 11 de Julho de 2024, vai proceder à alienação, por **Hasta Pública**, de **Dezanove Lotes** sitos na **Zona Industrial do Vale do Salgueiro**, a realizar no dia **24 de setembro de 2024,** pelas **14h30m**, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, sito no Largo do Município Anadia.

Caracterização dos Lotes

Lote	Valor base de licitação (€)	Área (m2)
1	87 082 €	7 256,8
2	57 570 €	4 797,5
3	64 288 €	5 357,3
4	88 194 €	7 349,5
5	166 626 €	13 885,5
6	117 984 €	9 832
7	117 676 €	9 806,3
8	117 367 €	9 780,6
9	117 059 €	9 754,9
10	48 185 €	4 015,4
11	45 488 €	3 790,7
12	33 058 €	2 754,8
13	52 691 €	4 390,9
14	51 676 €	4 306,3
15	48 469 €	4 039,1
16	49 140 €	4 095
17	46 086 €	3 840,5
18	53 382 €	4 448,5
19	52 358 €	4 363,2

Condição Gerais de Alienação – As constantes do Caderno de Encargos para Alienação de Dezanove Lotes da Zona Industrial do Vale do Salgueiro, que poderá ser consultado através do sítio https://www.cm-anadia.pt/cmanadia/uploads/document/file/10494/ce_vale_salgueiro.pdf ou na Câmara Municipal de Anadia, no Serviço de Património, no período das 8h30 às 12h30 e das 14h às 16h30, até ao dia anterior ao da realização da praça.

Os concorrentes à hasta pública, para serem admitidos à mesma, deverão cumprir as condições definidas no artigo 4º do referido Caderno de Encargos.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital que vai ser publicado e afixado nos locais públicos de estilo.

Paços do Município de Anadia, 29 de Julho de 2024.

A Presidente da Câmara, *Maria Teresa Belém Correia Cardoso*, Engª.



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país. Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org



Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Sede: Av. Casal Ribeiro, 14-4.º Lisboa
Capital Social: € 18.723.110,40
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Pessoa Coletiva n.º 508 325 803

ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS 16/09/2024
Relação de Acionistas

Nos termos do n.º 1 do artigo 110.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo DL 298/92 de 31/12 de 1992, torna-se público que a relação de acionistas e respetiva participação no capital social, igual ou superior a 2%, da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. é a seguinte:

Estado Português – 80,54%
Banco BPI, S.A. – 4,27%
Novo Banco, S.A.- 4,27%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.- 4,27%
Banco Comercial Português, S.A.- 4,27%
Corporación Andina de Fomento, IFMDIP – 2,37%

Lisboa, 02/09/2024

P´O Conselho de Administração
O Presidente do Conselho de Administração
Pedro Ventaneira



EDITAL

Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia, TORNA PÚBLICO que, por deliberação tomada pelo Executivo Municipal em Reunião Ordinária realizada em 11 de Julho de 2024, vai proceder à alienação, por **Hasta Pública**, de **Dois Prédios Urbanos com Projeto de Construção Aprovado – Habitação Multifamilia**r, sitos em Anadia, a realizar no dia **25 de setembro de 2024**, pelas **11 horas**, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, sito no Largo do Município Anadia.

Caracterização dos Prédios /Projetos

Prédio Urbano	Artigo Matricial	Descrição Predial	Área do Prédio (m2)	Áreas		Número de Fogos		Valor-base de Licitação (€)
				Construção (m2)	Implantação (m2)	Tipologia T2	Tipologia T3	
I	2931 U	1322	1628	3 299,15	1 014	18	-	285.000,00
II	2930 U	4253	1820	3 933,5	1 232,1	3	15	320.000,00

Condição Gerais de Alienação – As constantes do Caderno de Encargos para Alienação de Dois Prédios Urbanos com Projeto de Construção Aprovado – Habitação Multifamiliar, sitos em Anadia que poderá ser consultado através do sítio www.cm-anadia.pt ou na Câmara Municipal de Anadia, no Departamento de Planeamento e Gestão do Território, no período das 9h às 12h00 e das 14h às 16h, sujeito a marcação prévia, a qual pode ser solicitada através do contacto 231 510 736 ou ainda por correio eletrónico josemanuel.silva@cm-anadia.pt ou adelino.neves@cm-anadia.pt

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital que vai ser publicado e afixado nos locais públicos de estilo.

Paços do Município de Anadia, 23 de Julho de 2024.

A Presidente da Câmara,
Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Engª.

Como funciona a nova vacina contra o cancro do pulmão? E quando estará disponível?

Vacina contra cancro do pulmão está a ser testada desde 2022, utilizando uma técnica similar à das vacinas contra a covid-19. Se tudo correr bem, pode ser aprovada até ao final da década

Tiago Ramalho

As notícias dos primeiros pacientes a receber a vacina contra o cancro do pulmão criaram uma enorme expectativa em torno desta terapia. Afinal, o conceito de vacina traz atrelado a si uma ideia de protecção dos pacientes. A intenção da BNT116, o nome de código da vacina contra o cancro do pulmão da farmacêutica Biontech, é precisamente essa. Se funcionará? Os primeiros dados indicam que sim, mas a resposta final só surgirá perto do final desta década.

Para já, esta vacina está numa fase inicial dos seus ensaios clínicos, onde cerca de 130 doentes com cancro de pulmão de células não pequenas – a forma mais comum desta doença – participarão no estudo experimental da vacina. O ensaio, em curso desde 2022, começou na Hungria.

No entanto, foi o primeiro paciente a receber a BNT116 no Reino Unido, em Agosto deste ano, a pôr a vacina na ribalta, pelo menos nos meios de comunicação anglo-saxónicos. Além disso, estamos a falar da principal causa de morte por cancro em todo o mundo, com cerca de 1,8 milhões de mortes provocadas por cancro do pulmão todos os anos.

Como qualquer outra vacina, a BNT116 utiliza material genético do tumor para estimular uma resposta imunitária do corpo que permite, assim, uma reacção aos intrusos – neste caso, as células cancerosas.

Há uma diferença significativa: enquanto as vacinas contra infecções previnem a doença ou sintomas graves (como a da covid-19 ou do sarampo), as vacinas contra o cancro tratam quem já tem a doença.

Esta vacina, como duas outras (para o cancro da cabeça e pescoço e para o melanoma), pertence à plataforma FixVac, da Biontech, que utiliza a tecnologia do ARN-mensageiro – tornada famosa pelas vacinas da Moderna e da Pfizer contra a covid-19. É a aposta de futuro da empresa alemã.

Se será aposta ganha ou não, só entre 2028 e 2030 é que deveremos saber, avisam os responsáveis da farmacêutica alemã.

Como funcionam?

Apesar de usar a mesma tecnologia que está na base de parte das vacinas usadas para combater a pandemia da covid-19, há diferenças claras entre essas vacinas e a BNT116. "Se desenvolvêssemos uma vacina contra o cancro da mesma forma como a da covid-19, provavelmente não funcionaria bem", avisa Michael Wenger, vice-presidente para o Desenvolvimento Clínico na Biontech. "As vacinas contra o cancro precisam de uma resposta imunitária muito forte e precisam de ser muito mais direccionadas para o tumor", explica em entrevista ao PÚBLICO.

Embora o princípio se mantenha – desencadear uma resposta imunitária forte através do ARN-mensageiro –, o processo não é exactamente o mesmo. A BNT116 tem um conjunto de antígenos (substâncias estranhas ao nosso corpo que indiciam um intruso e forçam a produção de anticorpos) que são partilhados para o mesmo tipo de cancro – neste caso, o cancro de pulmão de células não pequenas.

Estes antígenos partilhados estarão na maioria dos pacientes com a doença, permitindo, assim, treinar o sistema imunitário para identificar e atacar as células cancerosas que têm estes marcadores. E são estes marcadores que permitem distinguir as células boas das más, para que o sistema imunitário não as confunda.

O ARN-mensageiro está desenvolvido para almejar as células dendríticas (parte do sistema imunitário que identifica infecções ou células cancerosas), de forma a tornar mais salientes os sinais destes antígenos tumorais e, consequentemente, facilitar a resposta do nosso sistema imunitário.

No caso do ensaio em curso no Reino Unido há seis antígenos identificados – injectados de forma intravenosa (outra das diferenças destas vacinas) – que permitem abrir o leque de pacientes potencialmente abrangidos. "Pensamos que quase todas as pessoas com cancro do pulmão expressam o cancro em pelo menos um destes seis tipos", nota Michael Wenger.

"Ao fazer isto, temos uma boa chance de conseguir atingir aquele cancro em particular e ter esta reacção imunitária ou impulsionar a reacção imunitária que o corpo já não é capaz de providenciar."

Janusz Racz foi o primeiro paciente a receber a vacina no estudo do Reino Unido, nos Hospitais da University College de Londres.

Na verdade, são seis doses em 30 minutos (uma injecção a cada cinco minutos), um procedimento que se repetirá semanalmente durante as primeiras seis semanas. Depois as doses tornam-se mais espaçadas: a cada três semanas durante 54 semanas (pouco mais de um ano).

Ainda é o primeiro embate

Teoricamente, todos os humanos conseguem combater as células cancerosas. Mas sabemos que nem sempre isso acontece. "Nas nossas células, todos os dias, há mutações que podem potencialmente causar cancro. Mas geralmente são caçadas pelo sistema imunitário. Se escaparem ao sistema imunitário, aí sim, são necessárias coisas como quimioterapia, imunoterapia e vacinas", diz Michael Wenger. As vacinas de ARN-mensageiro contra cancros estão num primeiro embate – e a Biontech não é a única a investir.

Há dezenas de tratamentos a serem testados para cancros como o melanoma, o do pulmão ou da mama, por exemplo. Não há ainda vacinas contra o cancro aprovadas na Europa ou nos Estados Unidos. Há, no entanto, a CIMAvax, um tratamento contra o cancro do pulmão em forma de vacina (à imagem desta BNT116 da Biontech) aprovado há uma década em Cuba e que está actualmente em fase de ensaios clínicos nos Estados Unidos - o estudo deverá estar concluído em 2027.





O melhor lugar para estas vacinas é numa situação em que o cancro é detectado muito cedo ou foi tratado com cirurgia e existe um elevado risco de o cancro voltar

Michael Wenger
Vice-presidente da Biontech

A BNT116 está a ser estudada em 34 hospitais ou clínicas de sete países diferentes: Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Hungria, Polónia, Reino Unido e Turquia. No caso do Reino Unido, que está agora em curso, o estudo inclui pacientes com recaídas após um tratamento inicial com quimioterapia.

"Isto é o que chamamos a fase 1b, na qual combinamos a vacina contra o cancro com outros fármacos - e fazemos isto globalmente", refere Michael Wenger. Embora a vacina tenha melhores perspectivas em fases iniciais da doença (uma vez que a quimioterapia fragiliza o sistema imunitário dos pacientes), nestes primeiros passos dos estudos, é necessário estudar a segurança do tratamento e também a eficácia em conjunto com outros fármacos. Neste estudo, tem sido usada em combinação com o cemiplimab (comercializado como Libtayo), normalmente aplicado em fases avançadas da doença.

"Neste momento ainda estamos numa fase muito inicial, de estudo do perfil do doente, da segurança na aplicação da molécula, e depois pro-

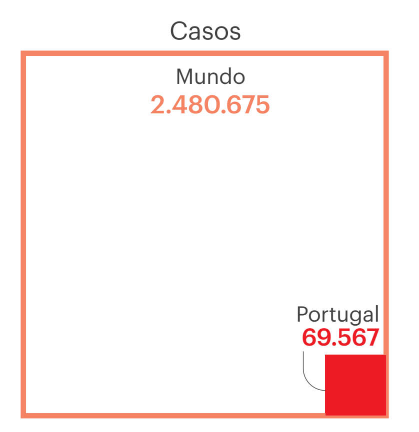


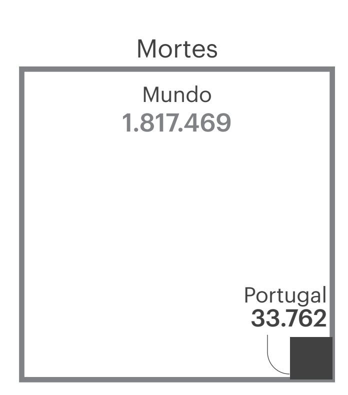
AARON CHOWN/PA

Janusz Racz é o primeiro paciente a participar no ensaio clínico no Reino Unido

Mais de 1,8 milhões de pessoas morreram com cancro do pulmão

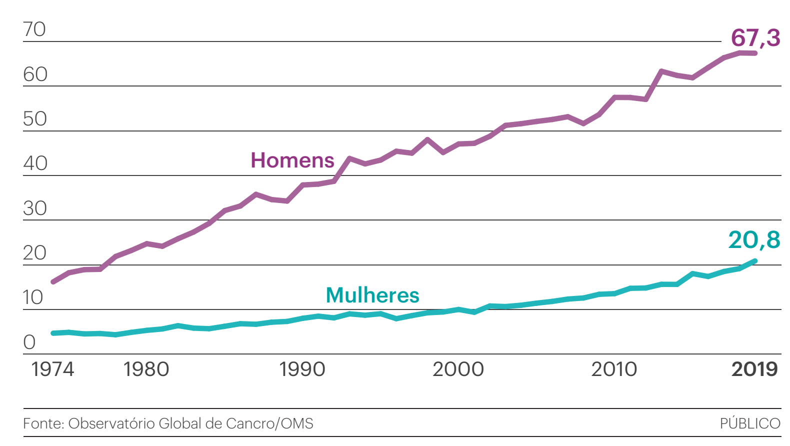
Novos casos e mortes registados em 2022 em Portugal e em todo o mundo





Taxa de mortalidade por cancro do pulmão aumentou em Portugal

Casos por 100.000 habitantes cresceram neste século



Fonte: Observatório Global de Cancro/OMS

PÚBLICO

vavelmente daqui a seis meses a um ano conseguimos ter resultados mais coesos", sublinha Gisela Almeida, enfermeira em oncologia há 17 anos, que não está envolvida no estudo desta vacina.

Ainda assim, os primeiros resultados preliminares indiciam boas notícias, mostrando que a vacina é segura – pelo menos nos 18 pacientes analisados num primeiro grupo estudado em Março do ano passado.

O caminho ainda será longo e, provavelmente, moroso, embora Michael Wenger se mostre bastant optimista com as hipóteses desta BNT116.

"O maior desafio, que demorou 15 anos a ultrapassar, foi desenvolver a vacina", revela o vice-presidente da Biontech, sublinhando as dificuldades de "empacotar" o ARN-mensageiro de forma a chegar ao seu destino e actuar como previsto.

Há também desafios como o fabrico, admite, sobretudo se avançarem para a produção em grandes quantidades. Os problemas identificados são todos mais industriais do que farmacêuticos, o que demonstra bem o optimismo vigente.

Afinal, este é um trabalho "em curso há alguns anos", conta. "Na verdade, o primeiro paciente que tratámos neste programa de ARN-mensageiro foi há mais de dez anos", diz, referindo-se a um paciente na Hungria.

No ano passado, uma das antigas funcionárias da empresa farmacêutica alemã, a cientista húngara Katalin Karikó, foi uma das vencedora do Prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia pelo seu trabalho com ARN-mensageiro – a famosa tecnologia que esteve na base das vacinas contra a covid-19. Porém, já há 20 anos que os fundadores da Biontech trabalham com esta tecnologia de ARN-mensageiro e, desde o início, com os olhos postos no tratamento oncológico, como faz questão de salientar Michael Wenger.

Vacinas do futuro

Apesar de nos ensaios clínicos estarem a ser estudados, para já, doentes cujo cancro está numa fase mais avançada, prevê-se que as vacinas contra o cancro tenham a sua maior vantagem em fases mais precoces. "O melhor lugar para estas vacinas é numa situação em que o cancro é detectado muito cedo ou foi tratado com cirurgia e existe um elevado risco de o cancro voltar", explica Michael Wenger.



Muitas das vezes o utente já passou por várias linhas de tratamento e termos mais uma linha para oferecer é muito importante

Gisela Almeida
Enfermeira

O motivo é simples: "A vacina de ARN-mensageiro estimula o sistema imunitário. Isso pressupõe que o sistema imunitário não está fustigado por quimioterapia e, portanto, muito frágil", diz o responsável da farmacêutica alemã.

Gisela Almeida sublinha a importância do avanço de novas tecnologias aplicadas ao tratamento de cancro, sobretudo de um tipo de cancro tão letal. "Muitas das vezes o utente já passou por várias linhas de tratamento e termos mais uma linha para oferecer é muito importante", garante a enfermeira portuguesa.

Até se tornar uma linha de tratamento para os utentes, há um caminho a percorrer. O primeiro pedido para aprovação é esperado até ao final da década, em 2030, assume a Biontech em resposta por *email*, corroborada pela expectativa de Michael Wenger. "Com todas as cautelas, podemos apontar por volta de 2028. Talvez um pouco mais cedo, talvez um pouco mais tarde. Obviamente, os resultados têm de ser bons [para tal acontecer]", diz o responsável da farmacêutica alemã.

O intuito é que esta seja mais uma arma no arsenal contra o cancro - e não uma panaceia única. "O cancro é uma doença muito complexa. Geralmente, não se trata com apenas um elemento. E isso também é verdade para as vacinas contra o cancro", defende Michael Wenger. No fundo, é mais uma ajuda de peso.

A tendência para o crescimento dos casos de cancro do pulmão, vincada pela Organização Mundial de Saúde, em virtude das alterações climáticas, dos níveis elevados de poluição e do consumo tabágico, também mostra a relevância de ter mais um tratamento no futuro próximo. Sem esquecer a necessidade de educar e alertar para os perigos dos comportamentos pouco saudáveis (como fumar), aconselha Gisela Almeida, que aponta para o "número crescente de casos em população muito jovem" como um sinal das necessidades futuras.

Pedro Almodóvar recebe o Leão de Ouro do Festival de Veneza: *The Room Next Door*





O cineasta espanhol tem finalmente o prémio máximo de um festival com a sua primeira longa-metragem em língua inglesa. O palmarés premiou ainda Vincent Lindon e Nicole Kidman

Vasco Câmara

Palmarés de luxo, de uma precisão notável, é o que o júri do concurso da 81ª edição do Festival de Veneza, presidido por Isabelle Huppert, anunciou ontem no Lido. O Leão de Ouro atribuiu-o a Pedro Almodóvar, por *The Room Next Door*. Finalmente, o prémio máximo de um festival, algo que escapava ao cineasta espanhol. Faltava-lhe uma coisa destas, chegou a estar muito perto em Cannes com *Tudo Sobre a Minha Mãe* (1999) e com *Volver* (2006).

Recebeu o seu Leão com a sua primeira longa-metragem em língua inglesa. O filme é interpretado por Tilda Swinton e Julianne Moore, a quem Almodóvar não só dedicou a vitória como considerou que "na verdade a elas pertence" pelo "talento e confiança".

É uma forma, então, de consagração de carreira. Até porque o filme apresenta uma qualidade cristalina que é resultado de uma contenção de várias pulsões cinematográficas que reconhecemos na obra do realizador. A ver como os espectadores habitam este espaço. Que não é novo, mas é diferente. Não tem dado origem a reacções de um só sentido.

O "quarto ao lado" é o quarto de Julianne Moore, e de certa maneira a posição do espectador, que assiste uma amiga (Tilda Swinton) que, com um cancro terminal, vai acabar com a sua vida. No palco do Lido, Almodóvar voltou a arranjar palavras, como tinha feito durante os dias de promoção do filme, para consolidar um discurso a favor da eutanásia: o "direito de as pessoas se despedirem deste mundo de uma forma limpa e digna é um direito fundamental e não é um assunto político, é um direito humano", e por isso, pediu, as igrejas, as religiões "que têm Deus como única fonte de vida" devem abster-se de "interferir nas decisões individuais".

Isto foi o fim da cerimónia. Antes, Huppert abrira as hostilidades, o desfile dos prémios do "seu" palmarés. Com uma "uma boa notícia": "O cinema está em grande forma." Mas um festival é uma bolha ou uma decantação e é provável que nos enganemos se tomarmos a árvore pela floresta.

Mas é verdade que a edição 2024 do mais antigo festival de cinema do mundo, ou, como prefere anunciar-se, da "mostra de arte cinematográfica", foi não só um triunfo em termos de audiência, com mais 12% de bilhetes adquiridos (números da organização), sinal de que "o público volta a tornar-se público" (entusiasmo ainda da organização), mas sobretudo por ter proposto uma selecção com uma plasticidade surpreendente e sem grandes gorduras ou excrescências.

E este júri, onde figuraram ainda James Gray, Agnieska Holland, Kleber Mendonça Filho, Julia von Heinz, Andrew Haigh, Giuseppe Tornatore, Abderrahmane Sissako (cineastas) e a actriz Zhang Ziyi, foi capaz de pesquisar e escolher, fazendo com os prémios uma preciosa leitura do que se passou na competição.

Por exemplo, distinguir o que havia a distinguir num filme, o do brasileiro Walter Salles, *Ainda Estou Aqui*, separando o principal do acessório: o argumento, história da família Rubens Paiva, atingida pela ditadura brasileira. Ou resgatar o belíssimo *Vermiglio*, de Maura Delpero (o importante Grande Prémio do Júri), não deixando que se perca este exemplar de um cinema italiano perdido, filmado nos Alpes, em dialecto. E reconhecer, com o Prémio Especial do Júri, que *Abril*, da georgiana Dea Kulumbegashvili, foi um daqueles momentos hipnóticos que precisam de encontrar um lugar na experiência do espectador.

Esplêndidos franceses

O primeiro galardão a ser entregue: Paul Kirscher, actor emergente. É preciso vê-lo em *Leurs Enfants Après Eux*, dos irmãos Ludovic e Zoran Boukherma, filme que é uma peculiar "interpretação", à americana, com o trampolim emocional que é *Born to Run*, de Bruce Springsteen, do campo e do filme social francês. Servem-se os realizadores, é isso que aqui releva, da fotogenia indomável do jovem Kirscher (filho, já agora, da actriz Irène Jacob). Kircher, quando agradeceu o prémio, falou na "fúria de viver" dos realizadores-irmãos. Em poucas palavras, fica sinalizado *Leurs Enfants Après Eux*.

Foi o primeiro filme francês premiado. Haveria um segundo. De uma participação nacional, como aqui já tínhamos considerado, impecável. Foi o primeiro grande momento da noite no Lido: Vincent Lindon, melhor actor por *Jouer Avec Le Feu*, de Delphine e Muriel Coulin.

Os discursos de aceitação de prémios por parte de Lindon (em Cannes, nos Césares) têm sido um palmarés à parte, cerimoniais dentro da cerimónia, e foi assim mais uma vez. Extremamente emocionado por algo que vai mudar "um pouco" a sua existência, "não no exterior, mas no interior", beijou individualmente os membros do júri, começando pela compatriota Isabelle, e desaguou os agradecimentos nas irmãs Coulin. Disse ele que, quando estamos concentrados no que fazemos, perdemos a noção de que talvez estejamos a passar por um momento fundamental da nossa existência. É mais tarde que isso bate. É o que lhe está a acontecer: Vincent está a apaixonar-se pelas memórias da rodagem de *Jouer Avec Le Feu*. Que, pesamos as palavras e mesmo considerando *A Lei do Mercado*, de Stéphane Bizé, é a mais vulnerável presença do actor em cinema, no papel de um pai, viúvo, a braços com a guinada de um dos filhos para a ideologia da extrema-direita, traindo tudo aquilo que representam a vida e o legado de um meio proletário que ascendeu socialmente. O filme, esse, é mesmo esplêndido.

ETTORE FERRARI/EPA



LOUISA GOULIAMAKI/REUTERS



Pedro Almodóvar recebeu o Leão de Ouro, por *The Room Next Door*, e dedicou a vitória às suas intérpretes Tilda Swinton e Julianne Moore

O mais emotivo momento da noite coube a Vincent Lindon, melhor actor por *Jouer Avec Le Feu*, de Delphine e Muriel Coulin

Palmarés da 81.ª edição

Leão de Ouro
The Room Next Door, de Pedro Almodóvar

Leão de Prata, Grande Prémio do Júri
Vermiglio, de Maura Delpero

Prémio Especial do Júri
April, de Dea Kulumbegashvili

Leão de Prata, Melhor Realizador
Brady Corbet, *The Brutalist*

Taça Volpi, Melhor Actor
Vincent Lindon, por *Jouer Avec Le Feu*, de Delphine e Muriel Coulin

Taça Volpi, Melhor Actriz
Nicole Kidman, por *Babygirl*, de Halina Reijn

Osella de Ouro, Melhor Argumento
Murilo Hauser e Heitor Lorega, por *Ainda Estou Aqui*, de Walter Salles

Prémio Marcelo Mastroianni para um actor ou actriz emergente
Paul Kirscher, por *Leurs Enfants Après Eux*, de Ludovic e Zoran Boukherma

Nicole Kidman não esteve presente para receber o seu prémio de interpretação por *Babygirl* – chegara a pisar solo veneziano, mas recebeu a notícia de que a mãe morrera, ou de como a arte e a vida andam aos encontrões.

Brady Corbet, americano, mandou-lhe as condolências e depois tomou a palavra e mobilizou o tempo. Como ele disse, a brevidade não é o eu forte. Sim, *The Brutalist*, que lhe valeu ser considerado o melhor realizador, tem mais de três horas de duração. É também um tipo da grandiloquência, Brady, como atestavam já *A Infância de Um Líder* (2015) e *Vox Lux* (2018), anteriores participações no festival.

Quem deve estar contente é o director artístico Alberto Barbera, uma vez que Corbet é uma insistência sua. Mas é verdade que o norte-americano não tinha ainda mostrado esta arte da prestidigitação, de magia, a criar a ilusão de um épico. Resumindo o destino e as circunstâncias da personagem do filme, interpretada por Adrien Brody, Corbet sublinhou que o mundo hoje é mais inabitável porque "é ingrato para os artistas, para os arquitectos e para os imigrantes". E depois de pedir desculpa à filha por o cinema o ter afastado dela, prometeu-lhe levar um brinquedo novo: um leão.

PAULO PIMENTA



Concerto da *rapper* Capicua, na Avenida dos Aliados no Porto

Tsuki, Vanessa Parish Crooks e Máry M são as *rappers* portuguesas finalistas do She Raps

Joana Amaral Cardoso

Projecto de incentivo à profissionalização de mulheres no rap e no hip hop estreou-se em Portugal

As *rappers* portuguesas Tsuki, Vanessa Parish Crooks e Máry M são as três finalistas que vão representar Portugal na mais recente edição do projecto She Raps, a primeira aberta ao nosso país, confirmou ao PÚBLICO a organização. O passo seguinte é uma residência artística na Croácia com as eleitas de outros países, gravar e actuações em vários palcos, nomeadamente no festival de hip hop mais importante da Europa, o Les Ardentes, em Liège, na Bélgica.

A formação She Raps, que chegou a Portugal pelas mãos da Skoola, academia de música urbana nascida nos contentores do Village Underground, em Lisboa, terminou a sua primeira etapa em solo português na noite de sexta-feira com a actuação das dez candidatas na Musa, também em Lisboa. As dez artistas tiveram sessões de mentoria com Muleca III, Capicua, Sam the Kid, Blaya, Rafaela Ribas, Bruno Mushug ou Manda Guevara durante o Verão, sob a direcção artística de Maze.

O objectivo do projecto é muito claro: incentivar as mulheres a subir cada vez mais aos palcos do rap e do hip hop, dando-lhes ferramentas e experiências que permitam estilhaçar, também nesta área musical, o telhado de vidro que, invisível e visivelmente limita carreiras, remunerações ou presenças no espaço público de tantas mulheres e pessoas que se identifiquem como mulheres. O júri, composto por Dama Bete, D-Mars, Telma Tvon, Chong Kwong e Nuno Varela, avaliou na noite de sexta-feira as *rappers* e escolheu as três premiadas com Sir Scratch como MC e DJ *sets* de BIG e Blaya.

Em Fevereiro do próximo ano, Tsuki, Vanessa Parish Crooks e Máry M vão juntar-se às seleccionadas da Bélgica, França, Croácia e região dos Balcãs para uma residência artística que deverá resultar na produção de um tema para cada uma, um videoclipe e depois a ansiada minidigressão que culminará no Les Ardents, em Liège, na Bélgica.

Foi a primeira vez que o She Raps, projecto de incentivo à profissionalização de mulheres *rappers* nascido em França em 2021 como uma ramificação da incubadora Rappeuses en Liberté, sediada em Paris, saiu de França e abrangeu estes novos países. Desde 2021, já contribuiu para a formação de 30 mulheres *rappers* e agora há três portuguesas nesse rol. Mariana Duarte Silva, fundadora do espaço e plataforma cultural Village Underground Lisboa, é o rosto português da parceria com a organização francesa.

Tsuki, Vanessa Parish Crooks e Máry M são artistas consideradas emergentes e agora vão conhecer camaradas de outros países para um encontro na Croácia e uma digressão juntas. Este projecto é financiado pela União Europeia através do programa Europa Criativa.

Público
Iniciativas

A sustentabilidade ambiental é mesmo relevante para as empresas?

Nos dias 16, 17 e 25 de Setembro, a 2.ª edição dos Encontros com Futuro traz à conversa o estado da arte e o futuro dos critérios ESG na gestão das organizações

Sustentabilidade

DR



A sustentabilidade é uma preocupação crescente em diversos sectores da sociedade e o universo corporativo não é excepção. A definição de parâmetros para avaliar o desempenho das empresas em termos de responsabilidade ambiental, social e de gestão é, actualmente, essencial na validação do compromisso com práticas sustentáveis. Muitas dessas estratégias de gestão passam por uma abordagem baseada em três pilares: ambiental, social e de administração, conhecidos como critérios ESG (do inglês "*environmental, social and governance*").

É com base nestes critérios que parceiros, colaboradores e sociedade no geral podem, efectivamente, perceber o impacto das operações das organizações – mas até que ponto é possível determinar, com rigor, esses resultados? Passará pela regulamentação comunitária? Há até quem recue e apele à prudência, quando não há muito tempo o ESG era um tema quase obrigatório: em que ficamos, então? Qual é, afinal, o futuro do ESG?

Encontros com Futuro

Na 2.ª edição dos Encontros com Futuro, iniciativa do PÚBLICO apoiada pela REN, o debate divide--se por três conversas – a 16 e 17 de Setembro em Lisboa e a 25 de Setembro, Dia Nacional da Sustentabilidade, no Porto – e começa por dar continuidade ao debate iniciado em 2023 sobre as várias dimensões do ESG. Nos últimos meses, muito se tem discutido sobre a evolução e o futuro destes parâmetros e é esse debate que traz o mote para o primeiro dia.

Jorge Moreira da Silva foi ministro do Ambiente e da Energia em Portugal e acompanha, há anos, os avanços e recuos nos planos de acção relacionados com este tema. Numa entrevista ao Azul, no rescaldo da última cimeira do clima das Nações Unidas (COP28), o actual líder do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projectos (UNOPS) e subsecretário-geral da ONU, destaca o facto de algumas empresas terem passado "a ter de partilhar informação sobre a sua exposição ao risco climático e a sua contribuição para a acção climática e para o desenvolvimento sustentável" – e que "a sua cotação no mercado está a reflectir o seu alinhamento com o desenvolvimento sustentável". No fundo, a integração dos critérios ESG na gestão das organizações e consequentes resultados.

Moreira da Silva, orador principal no primeiro dos Encontros com Futuro, acredita que "os projectos têm de estar baseados nas preocupações locais", ser conduzidos de forma transparente e estar "focados nos resultados". O director executivo do UNOPS tem acompanhado de perto o que considera uma "mudança de larga escala", com "uma enorme evolução na adesão das pessoas e na adesão das empresas". No entanto, nota, "a velocidade não é compatível com aquilo que é necessário".

Qual o futuro do ESG?

Os esforços comunitários ainda não são suficientes mas a definição de orientações para a regulamentação são essenciais: "Os 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) continuam a ser a melhor referência para orientar políticas que simultaneamente promovam o emprego e o crescimento económico, protejam o ambiente e assegurem uma maior igualdade", considera Moreira da Silva, na mesma entrevista ao Azul. "Os ODS servem de modelo para um futuro melhor e mais sustentável para todos", reforça.

Nestes Encontros com Futuro líderes de opinião, ex-governantes, consultores e cidadãos ligados a organizações que estão a tentar perceber e implementar as melhores estratégias para a sustentabilidade ambiental e dos negócios juntam-se para discutir possíveis soluções. Voltando aos ODS e ao orador principal, Jorge Moreira da Silva, "não importa a sua dimensão ou a sua indústria, todas as empresas podem contribuir" para estes objectivos. A resposta aos "muitos desafios globais, desde a crise climática aos conflitos, passando pelo aumento da pobreza e das desigualdades", depende, entre outros factores, "das soluções inovadoras que o sector privado pode oferecer".

A primeira conversa será comentada por Pedro Cruz, coordenador e parceiro ESG da KPMG, seguindo-se um painel de debate que junta Filipa Pantaleão, secretária-geral do BCSD Portugal, André Themudo, responsável da BlackRock em Portugal, e João Fonseca Santos, do Banco Europeu de Investimento (BEI).

O programa para este ciclo de conversas, que abrange três dias, reúne diferentes perspectivas de inovação, formação para as empresas e projectos que impactam directamente os cidadãos, tanto em Portugal como a nível internacional.

A participação é gratuita e as inscrições para as três conversas estão disponíveis online.

Martínez alerta que escoceses já não são só altos e fortes

Seleccionador de Portugal garante que Quenda está preparado para a estreia na selecção principal e defende que ninguém pode impor limites a Cristiano Ronaldo quanto à meta dos mil golos

Augusto Bernardino

O seleccionador de Portugal, Roberto Martínez, abordou ontem o compromisso desta noite (19h45, RTP1) com a Escócia, no Estádio da Luz, segundo jogo do Grupo A1 da Liga das Nações que a selecção lusa lidera a par de Polónia, depois da estreia vitoriosa frente à Croácia. O treinador espanhol, que dispensou Vitinha, do PSG, lesionado no jogo com os croatas, reconheceu as diferenças do primeiro para o segundo duelo, muito por culpa do futebol mais físico e directo dos britânicos. Mas não resumiu as valências da selecção da esposa e dos sogros a um estilo mais duro e menos criativo.

"A Escócia tem jogadores que actuam em campeonatos como a Premier League e a Série A italiana. Futebolistas de grande qualidade", como Scott McTominay e Billy Gilmour (ambos do Nápoles) ou Andrew Robertson (Liverpool), que contribuíram para a ascensão da Escócia à Liga A, depois de terem disputado a Liga C (2018/19) e a Liga B (2020/21 e 2022/23).

Sogros contentes

"A Escócia é uma equipa tipicamente britânica, com muita intensidade e um jogo competitivo, de ataque rápido com ritmo alto", descreveu Martínez, que é casado com uma escocesa, o que poderia conduzir a um "dilema".

"A minha mulher não é problema. Já tive essa experiência. Os sogros sim. Mas o novo modelo resolveu esse problema, já que passam duas equipas e posso manter os sogros contentes", brincou Martínez, sem se desviar do essencial.

"Precisamos de clareza a atacar frente a um adversário que defende bem e possui jogadores com muita experiência. Temos de evitar os lances de bola parada. Mas, repito, os nossos jogadores conhecem a intensidade do futebol britânico e estamos preparados para o jogo objectivo e vertical e para a qualidade de uma equipa que também gosta de ter a bola e já provou que luta pela vitória até ao limite, tendo perdido com a Polónia apenas depois dos 90 minutos".

Com 72 horas de intervalo entre os jogos, a dimensão física ganha expressão, o que poderá beneficiar um adversário mais vocacionado para os duelos. Mas Martínez acredita que o desafio é igual para todas as selecções.

"É o mesmo para o adversário. Só é diferente em termos de conceitos. Mas a preparação correu muito bem e estamos preparados."

Roberto Martínez não conta com Vitinha e terá de optar entre Palhinha, Rúben Neves e João Neves, para colmatar a lacuna. Mas o seleccionador abriu esse leque, lembrando que poderá ter de fazer mais alterações, para proteger a equipa e os próprios jogadores.

"Podemos também utilizar o Bernardo ou o Bruno nessa posição. Temos essa flexibilidade. Mas não quero falar do 'onze'. Ainda temos um treino para avaliar e tomar decisões em relação ao momento dos jogadores. Podemos, inclusive, ter mais alterações. Precisamos de repartir esforços, ajudar física e mentalmente a equipa a estar preparada para a exigência de jogar contra a Escócia."

Ronaldo e Quenda prontos

À margem do colectivo, Martínez respondeu a questões de cariz mais individual, como a meta de 1000 golos de Cristiano Ronaldo ou a estreia de Geovany Quenda.

"Marcar 900 golos não é fácil. É um feito histórico, incrível e uma inspiração para o futebol. Um número para sempre. Mas o desempenho do Cristiano foi cheio de inteligência. Não são só os golos. Foi um desempenho muito importante para abrir espaços e podermos ganhar o jogo. Mas ninguém pode dizer que o Cristiano não pode fazer algo. O objectivo é, ainda assim, colectivo e, para mim, não contam só os golos. Se ele puder fazer cem assistências será fantástico."

Sobre Quenda, que se poderá tornar o mais jovem a representar a selecção desde Paulo Futre, Martínez lembrou que o jovem sportinguista "mereceu chegar aqui e está na lista do jogo. Depois, a decisão depende do que acontecer. Mas mostrou estar preparado para jogar pela selecção."

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



Cristiano Ronaldo e Diogo Dalot, jogadores portugueses que marcaram contra a Croácia

Calendário e Classificação

GRUPO A1

Jornada 2

Portugal - Escócia **19h45, RTP1**
Croácia - Polónia **19h45**

	J	V	E	D	M-S	P
Polónia	1	1	0	0	3-2	3
Portugal	1	1	0	0	2-1	3
Escócia	1	0	0	1	2-3	0
Croácia	1	0	0	1	1-2	0

Desporto

DAMIEN EAGERS/REUTERS



Jack Grealish festeja após marcar o segundo golo da Inglaterra contra a República da Irlanda

Reinado de Rice e Grealish unido num hino ao futebol

Augusto Bernardino

Inglaterra vence em Dublin primeiro jogo no segundo escalão da Liga das Nações. Alemanha imperial, Países Baixos à justa com bósnios

A selecção de Inglaterra, finalista vencida no Campeonato da Europa de 2020 (Itália) e 2024 (Espanha), regressou, ontem, em pleno, com um triunfo sólido (0-2), em Dublin, frente à rival República da Irlanda... no primeiro jogo oficial dos ingleses em solo irlandês desde 1990 e, não menos relevante, do próprio seleccionador, Lee Carsley, como sucessor de Gareth Southgate.

Tudo numa rara tarde de sol, repleta de motivos de interesse e também de polémicas, como a que envolveu o seleccionador interino dos "três leões" — campeão europeu com os sub-21, em 2023 —, que disse frontalmente não estar na disposição de cantar o hino, algo que nunca fez desde que assumiu, em 2019, o comando técnico dos sub-21.

Com uma diferença substancial: o ruído de fundo que se torna insustentável quando se chega ao patamar mais alto e onde o escrutínio dos tablóides é implacável.

Com 50 anos e 40 internacionalizações pela República da Irlanda — apesar de ter nascido em Birmingham (centro da revolução industrial em Inglaterra) —, Lee Carsley foi fiel aos seus princípios e manteve-se em silêncio enquanto o Aviva Stadium (palco da final da última edição da Liga Europa) não dava tréguas ao "*God save de king*", acompanhado de início ao fim de um ensurdecedor coro de assobios.

O regresso das serpentes

Tal como o sucessor de Southgate, a dupla nacionalidade é algo comum entre os jogadores, como Declan Rice (Arsenal) e Jack Grealish (Manchester City), os autores dos golos no triunfo de Inglaterra na estreia nesta segunda divisão da Liga das Nações. Sim, não há engano: Inglaterra foi despromovida à Liga B da competição, pelo que só lhe resta vencer o Grupo 2, que integra ainda Finlândia e Grécia, objectivo que parece bem encaminhado.

Mas voltemos a Rice e Grealish, os dois principais alvos da ira dos irlandeses — recebidos com frases como "as serpentes estão de volta" —, tendo Jude Bellingham (também com dupla nacionalidade) escapado ao falhar a convocatória, por lesão.

Rice representou a República da Irlanda tanto nas selecções jovens quanto na principal, tendo em 2019 optado por Inglaterra; Grealish somou seis internacionalizações pelos sub-21 irlandeses antes de escolher a camisola dos "três leões".

Ironicamente, o resultado foi construído com golos que constituem uma dupla "traição". Rice (11') não festejou, mas Grealish (26') tinha mais razões para vibrar e vincar a "injustiça" de não ter sido convocado para o Alemanha 2024.

O jogo teve ainda o regresso de Harry Maguire e a estreia de Angel Gomes, filho do português Gil (campeão do mundo sub-20 em 1991). Angel, que actua no Lille (França) e representou o Boavista em 2020/21, depois de dez anos na formação do Manchester United, coincidiu com Lee Carsley nos sub-21 ingleses, tal como Morgan Gibbs-White, que também se estreou.

Alemanha goleia Hungria

Na Liga A, as atenções voltaram-se para o Alemanha-Hungria (5-0) e para o Países Baixos-Bósnia e Herzegovina (5-2), no Grupo 3.

A "*mannschaft*" cilindrou a selecção "magiar" com golos de Füllkrug (27'), Musiala (58'). Wirtz (66'), Pavlovic (77') e Havertz (81', g.p.) num jogo em que a Hungria se desintegrou depois do 2-0.

Mais discutido foi o duelo de Eindhoven, com Dzeko (73') a semear a desconfiança ao reduzir para 3-2, depois dos golos de Zirkzee (13'), Reijnders (45+2') e Gakpo (56'), a que Demirovic (27') tinha respondido. Weghorst (88') e Simons (90+2') acabaram com as dúvidas ao "cair do pano". Uma menção para a Geórgia, na Liga B, que goleou a Rep. Checa (4-1), depois do duelo no Euro 2024.

Com o bronze de Carolina Duarte, Portugal somou sétima medalha e igualou resultados de Pequim 2008

Os Jogos Paralímpicos, que hoje terminam em Paris, têm proporcionado bons resultados aos atletas portugueses

Portugal conquistou ontem a sétima medalha nos Jogos Paralímpicos Paris 2024, igualando o resultado de Pequim 2008 (depois de ter conseguido três pódios em Londres 2012, quatro no Rio 2016 e dois em Tóquio 2020), com Carolina Duarte a arrecadar o bronze nos 400 metros, num dia em que a natação conseguiu três finais e a canoagem uma.

No Stade de France, Carolina Duarte, que tinha sido a mais rápida nas eliminatórias dos 400 metros T13 (55,99 segundos), correu a final em 55,52s, terminando atrás da azerbaijana Lamyia Valiyeva, que foi prata com 55,09s, e da brasileira Rayane Silva, que assegurou o ouro como novo recorde mundial (53,55s).

No final da sua prova, Carolina Duarte não escondeu o seu contentamento e confessou que a maternidade a ajudou a chegar à medalha. "Foi por ter sido mãe que consegui chegar aqui com a força que tenho agora, aos 34 anos", disse a atleta, que tem deficiência visual.

A medalhada olímpica agradeceu ainda a todos aqueles que são a sua rede de apoio. "Esta medalha é fruto de um esforço pessoal, mas a verdade é que corri com um batalhão a empurrar-me: as três pessoas com quem trabalho a nível psicológico — um *mental coach*, um mentor e um psicólogo —, ao nutricionista, aos fisioterapeutas e ao treinador, sem esquecer o comité e a federação", disse, deixando para o fim um agradecimento especial à mãe e à irmã, "que ficam com a filha", e ao marido, "que está em casa com os cães".

O bronze de Carolina Duarte, vice-campeã mundial da distância, foi a terceira medalha do atletismo português em Paris2024, depois de Miguel Monteiro se ter sagrado campeão paralímpico do lançamento do peso F40, e de Sandro Baessa ter conquistado a prata nos 1500 metros T20 (deficiência intelectual).

No boccia, Cristina Gonçalves também conseguiu uma medalha de ouro no torneio individual de BC2, permitindo o regresso da modalidade às medalhas, depois de ter ficado sem pódios em Tóquio2020.

O nadador Diogo Cancela conquistou o bronze nos 200 metros estilos SM8, feito repetido pelo ciclista Luís Costa na prova de contra-relógio de estrada H5, e pelo judoca Djibrilo Iafa, em -73kg.

No último dia das competições de natação, Portugal marcou presença em três finais, com o medalhado Diogo Cancela a terminar em sétimo a final dos 100 metros mariposa S8, e Tomás Cordeiro e Daniel Videira a serem oitavos nos 200 metros estilos SM10, e 100 metros costas S6, respectivamente.

No Estádio Náutico de Vaires-sur-Marne, o canoísta Alex Santos terminou na oitava posição, com um diploma, a final dos 200 metros da classe Kl1. Depois de ter cronometrado 53,10 segundos na meia-final, assegurando presença na final A, Alex Santos melhorou o tempo, cronometrando 52,14s na prova decisiva, que terminou no oitavo posto.

No ciclismo, Telmo Pinão disputou a sua última prova em Paris2024, terminando na 17.ª posição, a competição de estrada das classes C1-C3, corrida numa distância de 71 quilómetros. **Lusa**

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA



Carolina Duarte celebra a medalha de prata nos Jogos Paralímpicos

Dunbar vence a etapa, Roglic ainda mais líder na véspera do fim da Vuelta

Jorge Miguel Matias

A derradeira etapa da Volta a Espanha em bicicleta – um contra-relógio individual – corre-se hoje, em Madrid

Primoz Roglic prepara-se para vencer, hoje, pela quarta vez (igualando Roberto Heras) a Volta a Espanha em bicicleta. Na penúltima etapa da prova – 172km entre Villarcayo e Picón Blanco –, o triunfo pertenceu ao irlandês Eddie Dunbar (que já tinha ganhado a 11.ª tirada), mas o esloveno foi terceiro e aumentou ainda mais alguns segundos a sua vantagem para os seus mais directos perseguidores.

Chegou à Vuelta com uma fractura numa vértebra e confessando que ainda sentia dores resultantes da queda que tinha sofrido, poucas semanas antes, na Volta a França e que o obrigaram a abandonar o Tour. Mas à medida qua a prova foi decorrendo, Roglic mostrou que estava bem acima da concorrência. Venceu três das 20 etapas disputadas até agora, anulou uma desvantagem para o líder de quase cinco minutos e pode muito bem vencer uma quarta tirada: o contra-relógio individual de 24,6km, que marca o final da prova espanhola e que se corre hoje, em Madrid. Isto porque Roglic é bem mais forte na luta contra o relógio do que os seus mais directos perseguidores.

Com uma confortável vantagem de mais de dois minutos sobre o segundo classificado da geral, o australiano Ben O'Connor, só uma hecatombe poderá impedir Roglic de se juntar ao espanhol Heras como recordista de triunfos na Vuelta.


JAVIER LIZON/EPA

A 20.ª etapa da Volta a Espanha foi recheada de muita montanha

Classificações

20.ª ETAPA	
1.º E. Dunbar (Jayco)	4h38m37s
2.º E. Mas (Movistar)	a 7s
3.º P. Roglic (Bora-hansgrohe)	a 10s
4.º R. Carapaz (EF Education)	a 12s
GERAL	
1.º P. Roglic (Bora-hansgrohe)	81h22m19s
2.º B. O'Connor (Decathlon A2GR)	a 2m02s
3.º E. Mas (Movistar)	a 2m11s
4.º R. Carapaz (EF Education)	a 3m00s

Na exigente etapa de ontem, que apresentava sete contagens de montanha, a última das quais uma subida de 7,9km com uma inclinação média de 9,1% e com zonas com 18%, Roglic resistiu e manteve-se sempre com os seus mais directos perseguidores, terminando mesmo à frente da maior parte deles, apesar de ter perdido três companheiros de equipa – mais tarde a Bora confirmou que alguns dos seus ciclistas sofreram problemas relacionados com salmonelas.

Apesar da vantagem que tem na classificação geral sobre os seus principais adversários, Roglic não dá por garantido o triunfo. "Estou um dia mais perto [da vitória] e já deixámos para trás um dia importante. Mas ainda é preciso esperar para podermos festejar a vitória", declarou o camisola vermelha da Vuelta, no final da tirada de ontem e quando tem 2m02s de vantagem sobre Ben O'Connor, segundo da geral.

Roglic comentou ainda os problemas físicos que alguns dos seus companheiros de equipa sofreram, mas garantiu que ele tinha escapado: "Felizmente estou bem. Agradeço o trabalho dos meus companheiros, mas a corrida ainda não terminou", concluiu.

Esperanças todas depositadas em Taylor Fritz

Pedro Keul

O melhor tenista dos EUA no ranking mundial é o primeiro tenista dos EUA a alcançar uma final de um torneio do Grand Slam desde Andy Roddick, em 2009. Mas o que ele quer é mesmo imitar o compatriota, que triunfou no US Open de 2003. Será ele capaz de interromper o jejum de campeões norte-americanos no palmarés masculino do US Open?

Na aguardada meia-final, Fritz confirmou esse estatuto ao derrotar Frances Tiafoe, que ameaçava roubar-lhe esse adjectivo, e já não deverá sentir a pressão do seu lado no derradeiro encontro, frente a Jannik Sinner, actual líder do ranking mundial e invicto em finais em 2024.

Fritz (12.º mundial) foi levado ao limite por Tiafoe (20.º) que absorveu melhor a energia do Arthur Ashe Stadium e dominou durante grande parte dos primeiros quatro *sets*. Mas um erro de direita e uma falhada tentativa de *amortie* em desespero, a 4-5, deram o quarto *set* ao compatriota.



Taylor Fritz

Tiafoe não conseguiu recompor-se e Fritz concluiu ao fim de três horas e 18 minutos. Só quando ouviu que ia ser finalista do US Open, as lágrimas apareceram. "É um sonho tornado realidade e vou dar tudo o que tenho, sei com toda a certeza", afirmou o vencedor, após os parciais de 4-6, 7-5, 4-6, 6-4 e 6-1. Quanto à pressão, Fritz desdramatiza: "Não creio que, a jogar numa final, vá ser colocado numa situação mais stressante do que hoje. Simplesmente sinto-me bem, tenho a sensação de que vou surgir a jogar muito bem e ganhar."

Em contraste, Sinner precisou do número mínimo de *sets* para se tornar no primeiro italiano na final masculina do US Open e ultrapassar o amigo britânico Jack Draper (25.º), por 7-5, 7-6 (7/3) e 6-2 e elevar para 11 o número de encontros ganhos consecutivamente, depois do título no Masters 1000 de Cincinnati. A única preocupação é não ter sequelas no pulso após uma queda, mostrando-se preparado para o ambiente que vai encontrar na final de domingo (19h em Portugal). "Estamos na América, estamos em Nova Iorque, a jogar contra um americano, por isso o público vai estar, com certeza, um pouco mais do seu lado. Mas é normal. É como quando jogo em Itália, então vou aceitar isso. Tenho a minha equipa e os meus amigos que estão perto de mim. Sei que há muitas pessoas a assistir de casa em Itália e vou contar com o apoio deles", disse Sinner, que procura o seu segundo *major*, depois do Open da Austrália, em Janeiro.

Será a terceira vez que Sinner, de 23 anos, e Fritz, de 26, se defrontam no circuito, com uma vitória cada um, em Indian Wells: o norte-americano em 2021 e o líder do ranking em 2023.

Breves

Motociclismo

Miguel Oliveira 15.º na corrida *sprint* do GP de São Marino

Miguel Oliveira (Aprilia) foi ontem 15.º classificado na corrida *sprint* do Grande Prémio de São Marino de MotoGP, 13.ª ronda da temporada. O piloto português, que largou da 18.ª posição, terminou a 21,995 segundos do vencedor, o espanhol Jorge Martin (Ducati), que bateu o italiano Francesco Bagnaia (Ducati) por 1,495 segundos e o ítalo-brasileiro Franco Morbidelli (Ducati), que foi terceiro, por 1,832. Oliveira fez uma má partida e baixou ao 20.º lugar, mas foi recuperando posições, até chegar ao 15.º posto final. A corrida principal disputa-se hoje, às 13h de Lisboa.



Judo

Fábia Conceição conquista bronze nos Europeus juniores

A judoca portuguesa Fábia Conceição conquistou ontem a medalha de bronze nos -78kg dos Europeus juniores de judo, conseguindo, no último dia de competição, o melhor resultado português em Talin. A judoca do Sintrense começou a sua participação com triunfos sobre a turca Gulsum Agac e sobre a finlandesa Emma Krapu, perdendo, por castigos, nas meias-finais frente à francesa Lila Mazzarino. No combate de atribuição da medalha de bronze, Fábia Conceição venceu a ucraniana Anna Kazakova, por *waza-ari*. Nos dois dias anteriores, Taís Pina (-70kg), Raquel Brás (-57kg) e Filipe Almeida (-81kg) foram eliminados ao primeiro combate.

BARTOON LUÍS AFONSO









Uma máquina de triturar governantes

Não é o fim do mundo



Pedro Adão e Silva

É longa a lista de membros do Governo fragilizados por causa da TAP e de cada vez que a companhia área regressa ao debate público sente-se um tremor transversal aos partidos. Nesta semana, com a publicitação da auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, a história repetiu-se. Com relevância política e protagonistas surpreendentes - já lá vamos.

Para acalmar os espíritos mais inquietos, declaro que não tenho reservas em relação a uma TAP privatizada, desde que os ganhos de eficiência técnica e financeira que uma gestão privada e a inserção da TAP num grupo internacional trazem sejam compatíveis com a preservação de uma companhia de bandeira – crucial para uma economia com o perfil da portuguesa. Neste sentido, o Estado não deveria ter privatizado nas condições em que o fez em 2015 e a renacionalização posterior deveria servir para permitir a entrada a privados num contexto estratégico distinto. Por isso, quando na sequência da covid-19 o Estado fez injeções de capital superiores a 3000 milhões de euros para suprir necessidades de financiamento (uma vez que os privados não tinham essa capacidade num quadro de crise profunda da aviação comercial), não acompanhei o entusiasmo ideológico de quem viu uma oportunidade política. Tratava-se de uma necessidade.

Hoje, com uma TAP reestruturada, com resultados positivos e um país com uma situação financeira distinta, temos condições para repensar a estrutura acionista da companhia, abrindo-a a privados de referência e preservando o interesse nacional.

O interesse demonstrado pelos grandes grupos aéreos europeus em assumirem posições na TAP é um indicador positivo. O momento é importante, o que torna ainda mais perigosa a politização da TAP, que chega mesmo dos lugares mais inesperados.

Por isso, talvez o mais interessante da exegese do debate desta semana esteja na forma como o partido do Governo se posicionou.


MIGUEL MANSO

No essencial, o PSD criticou o *timing* da divulgação do relatório da IGF, sugerindo que estaria relacionado com a indicação de Maria Luís Albuquerque para comissária europeia.

Acresce que ao ministro das Infraestruturas e Habitação foi concedida uma defesa tímida da parte do primeiro-ministro. Quem rasgou as vestes em defesa do negócio com Neeleman foi a IL, contaminada por um fervor infantil, que leva o partido a tomar posições baseadas num único princípio: "Há privados, sou a favor."

Pois quando na terça-feira, após surgirem as primeiras notícias do relatório da IGF, procurei a versão integral, encontrei-a no *site* do *Eco* (foi retirada ontem!).

Quem disponibilizou o relatório ao jornal foi imprudente. A versão para *download* tem marcas de água com várias intervenções que permitem algumas conclusões: a principal das quais é que não se trata de uma auditoria homologada (como erradamente foi escrito), mas de uma versão ainda em circulação nos gabinetes dos membros do Governo, com um visto do secretário de Estado do Tesouro e um despacho a remeter para o ministro das Finanças.

Logo, fica sugerido que a fuga foi promovida a partir do gabinete ministerial. Porquê? Não se percebe: então o *timing* da divulgação não era prejudicial a Maria Luís Albuquerque?

Finalmente, o despacho assinado pelo secretário de Estado a remeter para o ministro (que, supõe-se, terá sido o responsável pela homologação posterior) assenta numa proposta de despacho redigida no computador do próprio Miranda Sarmento. Confuso, mas ajuda a perceber a ausência política do ministro das Finanças - afinal faz também de secretário de Estado do Tesouro.

Conclusão: a TAP precisa mesmo de ser protegida das guerras políticas, designadamente das fratricidas.

Colunista